



cutting through complexity™

Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo em Portugal

II Estudo KPMG/UIF 2010

Dezembro 2010

kpmg.pt

Em colaboração com a Unidade de Informação Financeira



Índice

Sector Bancário

Sumário Executivo	05
Análise dos Resultados do Estudo	
1. Gestão da Função	08
2. Custos de Compliance	12
3. Políticas, Processos e Procedimentos	15
4. Avaliação Baseada no Risco da Actividade KYC	17
5. Pessoas Politicamente Expostas	21
6. Monitorização de Operações/Transacções	24
7. Monitorização dos Sistemas e Controlos	28
8. Formação	31
9. Impacto da Legislação e Regulamentação	34

Sector Segurador

Sumário Executivo	37
Análise dos Resultados do Estudo	
1. Gestão da Função	40
2. Custos de Compliance	44
3. Políticas, Processos e Procedimentos	47
4. Avaliação Baseada no Risco da Actividade KYC	49
5. Pessoas Politicamente Expostas	53
6. Monitorização de Operações/Transacções	56
7. Monitorização dos Sistemas e Controlos	61
8. Formação	63
9. Impacto da Legislação e Regulamentação	66

Sobre o Estudo

A KPMG Advisory – Consultores de Gestão, S.A. em colaboração com a Unidade de Informação Financeira (UIF) da Polícia Judiciária realizou, em 2008, um Estudo sobre a Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo nos Sectores Bancário e Segurador em Portugal. Este estudo teve como objectivo aferir o estado de desenvolvimento destes Sectores, em termos de prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo (BC/FT), nomeadamente perceber qual o nível de preparação existente, nessa altura, para fazerem face às determinações da terceira directiva comunitária que se antecipavam.

Com a entrada em vigor da Lei n.º 25/2008, de 5 de Junho, que transpõe para a ordem jurídica nacional a terceira directiva comunitária e com o intuito de dar a conhecer às Organizações dos Sectores Bancário e Segurador, e mais concretamente aos responsáveis pela prevenção do BC/FT, a evolução existente nestes dois últimos anos, foi decidido pela KPMG e pela UIF, realizar dois anos depois um novo estudo sobre a prevenção do BC/FT nos Sectores Bancário e Segurador em Portugal.

Metodologia e Âmbito

Este estudo foi suportado na realização de um questionário on-line dirigido a 31 Organizações do Sector Bancário e a 21 Organizações do Sector Segurador com actividade no ramo “Vida”. O questionário ficou disponível para preenchimento dos participantes no primeiro trimestre de 2010.

No Sector Bancário existiu uma taxa de resposta de 65%, superior à registada em 2008 (56%). O conjunto de Instituições do Sector que responderam a este Estudo representam, aproximadamente, 86% do Sector Bancário, em termos de valor de Activos.

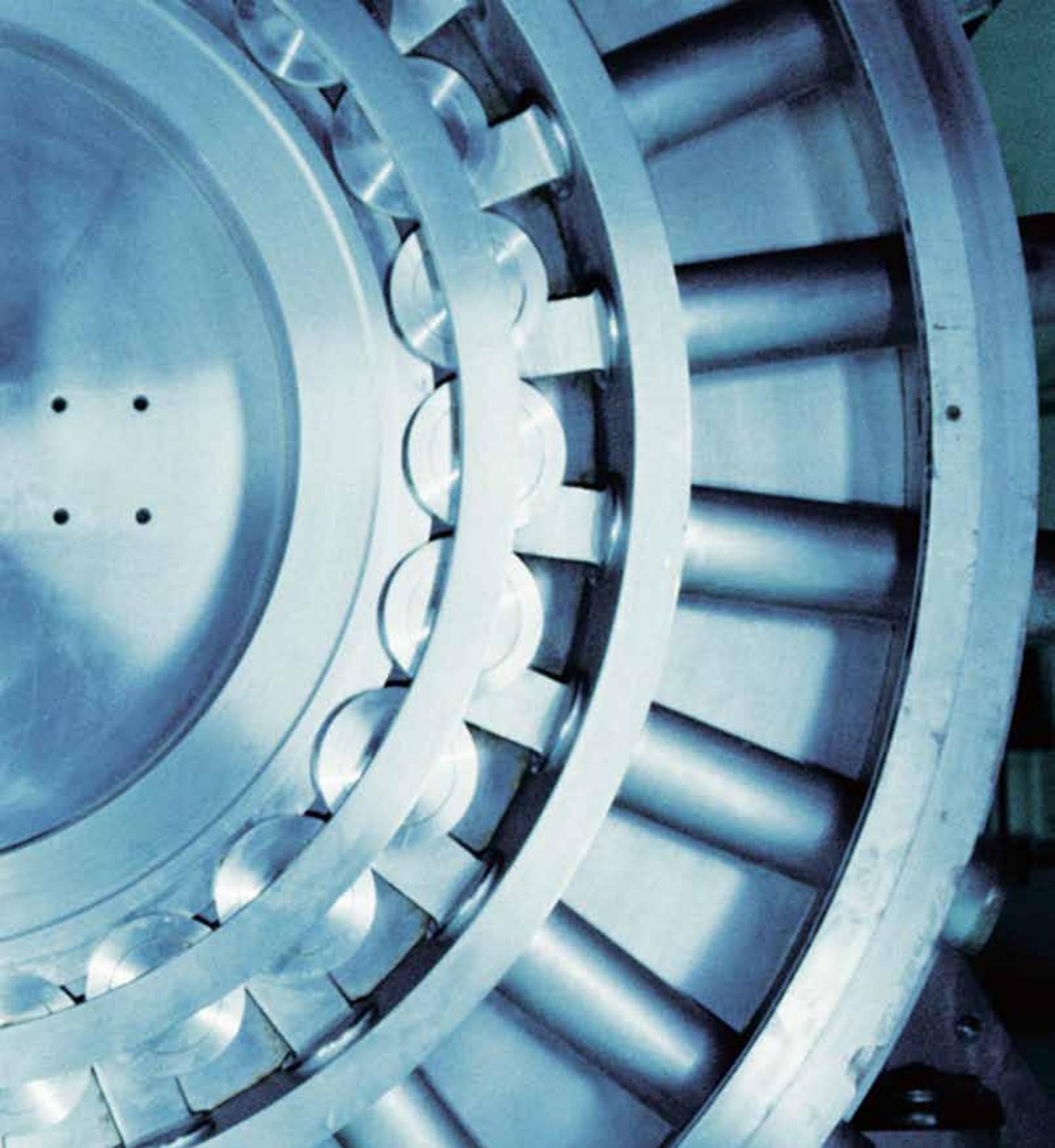
Quanto ao Sector Segurador existiu uma taxa de resposta de 43%, igual à registada em 2008. O conjunto de instituições do sector que responderam a este Estudo representam, aproximadamente, 74% do sector Segurador, em termos de total do Activo Líquido.

Existiu a preocupação de, apesar da introdução de novas perguntas e reformulação de outras, manter a estrutura e metodologia utilizada no Estudo realizado em 2008, para que se pudesse, sempre que possível, efectuar uma análise comparativa dos resultados obtidos nos dois estudos.

Por último, gostaríamos de agradecer às Organizações participantes a sua disponibilidade e contributo, sem as quais não teria sido possível realizar este estudo.

Pedro Subtil
Partner
KPMG Advisory – Consultores de Gestão, S.A.

Sílvia Pedrosa
Directora
Unidade de Informação Financeira



Sector Bancário

Sumário Executivo

O presente estudo - Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo em Portugal (Sector Bancário) 2010 - tem por objectivo identificar a evolução existente no Sector desde 2008 nesta temática, nomeadamente após a entrada em vigor da Lei n.º 25/2008, de 5 de Junho, que transpôs para o ordenamento jurídico nacional a terceira directiva comunitária.

Esperamos que esta iniciativa conjunta da KPMG/UIF possa contribuir, uma vez mais, para o debate de ideias e para uma melhor percepção do estado actual do sistema de prevenção do BC/FT no Sector Bancário, assim como para a adopção das melhores práticas tendentes a uma maior eficácia na detecção e prevenção do BC/FT.



1. Gestão da Função

A prevenção do BC/FT foi considerada um tema de importância fundamental para 60% das Organizações do Sector Bancário que responderam a este estudo, contando por isso com uma participação activa por parte da gestão de topo. Isto representa um ligeiro acréscimo face ao anterior estudo, onde esta percentagem era de 56%.

Em 46,2% das Organizações do Sector Bancário, a temática do BC/FT é debatida com a gestão de topo com uma periodicidade trimestral ou inferior, existindo ainda 16,7% dos casos que referem abordar este tema com a gestão de topo sempre que necessário, mas sem uma periodicidade definida.

A função de Compliance é, para 95% dos participantes, a área responsável pelo tema da prevenção do BC/FT e a função de Auditoria Interna é a área com a qual existem maiores sinergias.

Quanto à senioridade dos colaboradores que constituem as áreas que têm responsabilidade pela prevenção do BC/FT, verificou-se que em 85% dos casos o número médio de anos de experiência dos colaboradores que compõem essas áreas é superior a dois anos.

2. Custos de Compliance

Cerca de 45% das Organizações do Sector Bancário referiram que os seus custos com a prevenção do BC/FT vão aumentar nos próximos dois anos, verificando-se no entanto um abrandamento no investimento face aos últimos dois anos.

Salienta-se ainda o facto de nenhuma das Organizações participantes ter referido que os seus custos com a prevenção do BC/FT fossem diminuir nos próximos dois anos.

As actividades que foram consideradas como aquelas que vão exigir um maior investimento por parte das Organizações estão relacionadas com a monitorização de operações e com o reporte.

A colocação da função de prevenção do BC/FT em outsourcing é uma hipótese que continua a não ser considerada pela maioria das Organizações do Sector Bancário. Apenas 5% responderam ter a função em outsourcing e em 74% dos casos esta possibilidade nunca foi sequer considerada.

3. Políticas, Processos e Procedimentos

As políticas, processos e procedimentos relativos à prevenção do BC/FT são, em 60% dos casos, definidos a nível internacional e implementados o mais consistentemente possível a nível nacional.

Verificou-se também que a divulgação dessas mesmas políticas, processos e procedimentos é efectuada, em 75% dos casos, para todos os colaboradores da Organização, sendo nos restantes casos divulgada apenas aos colaboradores da área responsável pelo BC/FT.

4. Avaliação Baseada no Risco da Actividade Know Your Counterpart (KYC)

Uma maior percentagem de Organizações referiu possuir uma abordagem baseada no risco na avaliação das suas contrapartes. Em 2008 esse valor foi de 72% e no presente estudo essa percentagem subiu para os 80%.

As variáveis consideradas como principais na avaliação do risco de contraparte no estudo de 2008, foram essencialmente o tipo de contraparte e o país de origem/residência da contraparte. No presente estudo, para além destas variáveis, as Organizações do Sector consideraram que outras variáveis deveriam ter um grau de importância mais elevado na avaliação do risco, nomeadamente as seguintes:

- Volume e/ou valores das operações;
- Tipo de operação; e
- País de origem ou destino da operação.

Quanto à existência de programas de actualização retrospectiva de dados KYC, a percentagem mantém-se relativamente estável entre os dois estudos, sendo essa percentagem de 70% no Sector Bancário.

De referir ainda que 90% das Organizações afirmaram que confrontam as suas bases de dados de contrapartes com listas de Terroristas. Sendo que destes, 34% o fazem diariamente e 22% mensalmente.

5. Pessoas Politicamente Expostas (PEP)

Existiu um acréscimo significativo na percentagem de Organizações que referem dispor de procedimentos específicos para a identificação de PEP. No estudo realizado em 2008 esta percentagem era de 61% e em 2010 a referida percentagem passou para 90%.

As principais metodologias adoptadas pelos Bancos que têm procedimentos específicos para a identificação de PEP são o cruzamento de listas (61%) e declaração da própria pessoa (33%).

As listas comerciais são utilizadas por 44% dos inquiridos e 28% utilizam um modelo híbrido, composto por listas internas e comerciais. De salientar ainda o facto de 22% dos inquiridos referirem não utilizar nenhum tipo de listas na identificação de PEP.

Quando à periodicidade de actualização das listas, 38% referem fazê-lo mensalmente e 23% dizem que o fazem diariamente/on going.

6. Monitorização de Operações/Transacções

Continuou a assistir-se, nos últimos dois anos, à semelhança do que já tinha acontecido em 2008, a um aumento do número de informações ou operações suspeitas reportadas. Da totalidade dos inquiridos, 50% consideraram ter existido este aumento.

As principais razões enumeradas como tendo contribuído de forma mais significativa para este aumento, foram:

- Melhoria dos sistemas de monitorização de transacções;
- Existência de melhores políticas, processos e procedimentos;
- Melhor formação e monitorização de contrapartes.

Para 40% dos inquiridos existiu um aumento do número de recursos envolvidos na monitorização de operações nos últimos dois anos, estando este aumento associado essencialmente ao facto de a implementação deste sistema ser complexa, ao aumento das tipologias de operações analisadas e de entidades abrangidas, ao maior número de reportes internos e ao facto de exigir manutenção continuada.

Para 15% das Organizações do Sector que responderam a este inquérito a qualidade do feedback da UIF é "muito satisfatório", para 55% é "satisfatório", e para 10% é "pouco satisfatório".

7. Monitorização dos Sistemas e Controlos

Manteve-se praticamente inalterada a percentagem de Organizações do Sector, cerca de 70%, que afirmaram possuir um programa de monitorização e verificação de eficiência dos sistemas e controlos relativos à prevenção do BC/FT, encontrando-se em todas elas estes procedimentos documentados.

No entanto, 21% das Organizações, apesar de terem implementado o programa atrás referido, não realizam testes à eficácia dos controlos. A área com papel mais preponderante relativamente à monitorização e verificação da eficiência dos sistemas e controlos é, para 64% dos inquiridos, a função de Auditoria Interna, seguida da função de Compliance, com 21%.

8. Formação

Nos últimos dois anos existiu uma evolução relativamente à realização regular de acções de formação nas Organizações participantes neste estudo, passando de 94,7% em 2008 para 100% em 2010.

A formação presencial é o método mais utilizado (60%) e, simultaneamente, considerado o mais eficaz (80%).

A percentagem de Organizações com pelo menos um colaborador com certificações na área permanece praticamente inalterada, sendo actualmente de 20%.

Em 35% dos casos é referido que a periodicidade média de actualização das acções de formação acontece duas vezes por ano, e 45% fazem esta actualização anualmente.

Por último, 90% dos inquiridos consideram útil que as autoridades com competências nesta matéria estejam envolvidas nas acções de formação.

Quanto às acções de supervisão e fiscalização ocorridos nos últimos dois anos, 55% consideram como “Satisfatória” ou “Muito Satisfatória”. Existem ainda 20% dos inquiridos que consideraram estas acções como pouco satisfatórias.

9. Impacto da Legislação e Regulamentação

Todas as Organizações do Sector consideraram estar a responder aos desafios da Lei n.º 25/2008, de 5 de Junho, de forma “Satisfatória” ou “Muito Satisfatória”.

Conclusão

Considerando as respostas dos participantes neste estudo, verifica-se que existiu, no Sector Bancário, uma evolução positiva entre 2008 e 2010 em alguns dos aspectos em análise no âmbito da prevenção de branqueamento de capitais e combate ao financiamento do terrorismo, nomeadamente:

- Importância atribuída pela gestão de topo ao tema da prevenção do BC/FT;
- Avaliação de contrapartes baseada no risco;
- Existência de procedimentos específicos para a identificação de PEP; e
- Realização periódica de acções de formação.

Continua, no entanto, a persistir um conjunto de desafios a considerar em termos de alinhamento com as boas práticas e standards internacionais, dos quais se destacam:

- Optimização do processo de prevenção do BC/FT – Considerando a pressão actual existente ao nível da redução de custos devido aos efeitos da crise económica torna-se necessário que as Organizações do Sector reavaliem os seus processos relacionados com a prevenção do BC/FT com o intuito de os otimizar, garantido por esta via uma maior eficiência dos recursos disponíveis;
- Abordagem baseada no risco – Apesar de terem existido melhorias ao nível da avaliação de contrapartes baseada no risco, torna-se necessário que esta abordagem seja cada vez mais considerada transversalmente a toda a temática da prevenção do BC/FT (processos, procedimentos, operações e monitorização de sistemas e controlos);
- Monitorização de sistemas e controlos – Para além de existirem programas de monitorização e verificação de eficiência dos sistemas e controlos relativos à prevenção do BC/FT, é necessário que sejam realizados testes de eficácia a estes controlos por um cada vez maior número de Organizações;
- Por fim, considerando a forte componente humana em algumas das actividades relacionadas com a prevenção do BC/FT (detecção de transacções suspeitas, investigação de operações, revisão de excepções, ...), continua a ser fundamental que a formação continua dos colaboradores e a consciencialização/sensibilização de toda a Organização para este tema permaneça na agenda da gestão de topo.

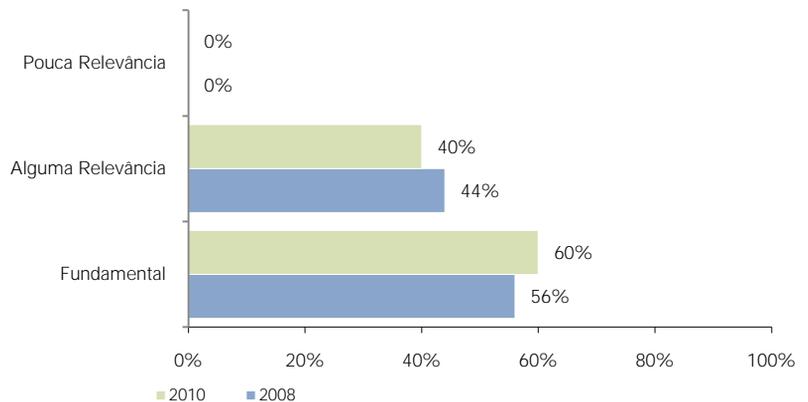


Análise dos Resultados do Estudo

1. Gestão da Função

Entre o estudo realizado em 2008 e o estudo agora apresentado existiu um acréscimo da percentagem de Organizações no Sector Bancário que considera que o tema da prevenção do BC/FT tem uma importância fundamental para a Organização, contando por isso com uma participação activa da gestão de topo. A referida percentagem passou de 56% em 2008 para 60% em 2010, não tendo existido nenhuma Organização a referir que esta temática tem pouca relevância para a Organização.

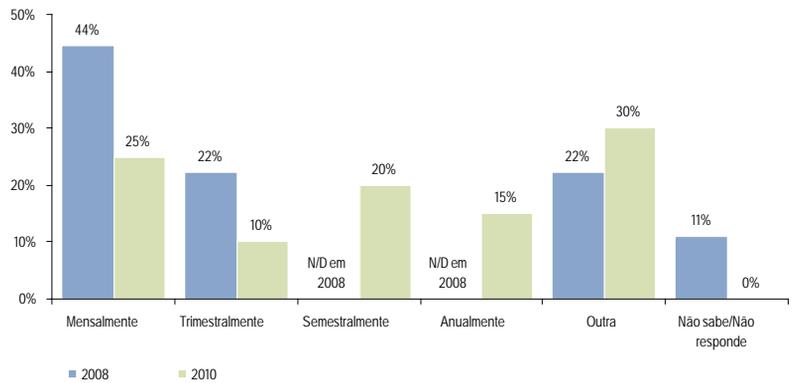
Figura 1: Importância da prevenção do BC/FT para a gestão de topo



Aparentemente, ao analisarmos de uma forma directa o gráfico da Figura 2, existe um decréscimo significativo da percentagem de Organizações que se reúne mensal ou trimestralmente com a gestão de topo para abordar a temática da prevenção e detecção do BC/FT, dado que aproximadamente 35% dos inquiridos neste estudo referiram fazê-lo mensal ou trimestralmente, enquanto que em 2008 esta percentagem era de 66%.

No entanto, numa análise mais detalhada, devemos também considerar os 11,2% dos inquiridos que responderam, na categoria "Outra", que se reuniam com a gestão de topo para debater esta temática de dois em dois meses e também cinco vezes por ano. Ainda na categoria "Outra" existiram 16,7% dos inquiridos que responderam que se reuniam com a gestão de topo sempre que se justificasse, podendo também aqui existir casos em que essa periodicidade seja inferior a três meses.

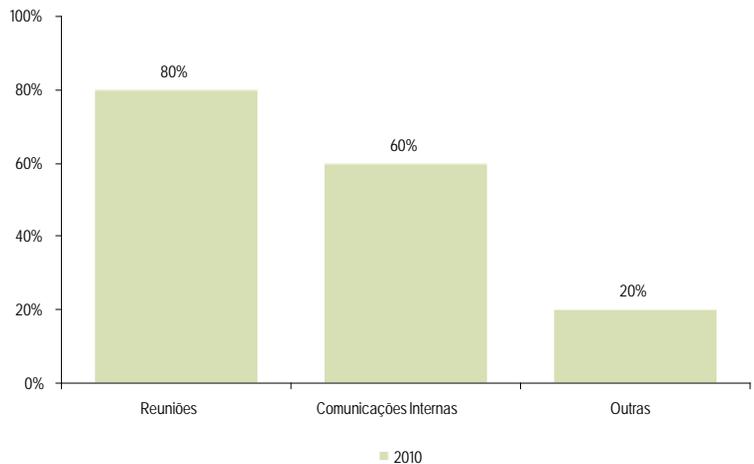
Figura 2: Periodicidade de debate da temática da prevenção do BC/FT com a gestão de topo



Quanto à forma de abordagem com a gestão de topo dos temas relacionados com a prevenção do BC/FT, 80% dos inquiridos referiram ser efectuada através de reuniões e 60% referem poder também utilizar as comunicações internas como forma de comunicação sobre o tema com a gestão de topo.

Em 90% dos casos é referido existir suporte documental onde estão evidenciados os temas debatidos com a gestão de topo.

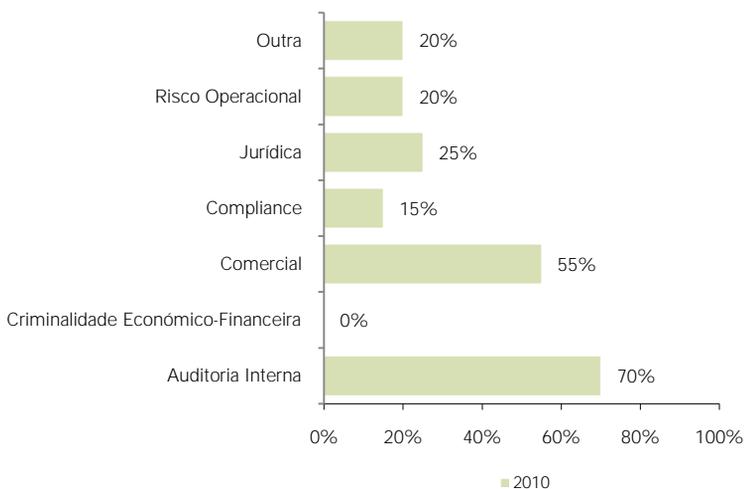
Figura 3: Formas de abordagem dos temas da prevenção do BC/FT com a gestão de topo



Para a quase totalidade das Organizações que responderam a este inquérito, o tema da prevenção de BC/FT encontra-se sob a responsabilidade da área de Compliance (95%).

Verifica-se que as áreas com as quais existe uma maior sinergia no tratamento de temas relacionados com a prevenção do BC/FT são a Auditoria Interna (70%) e Áreas Comerciais (55%).

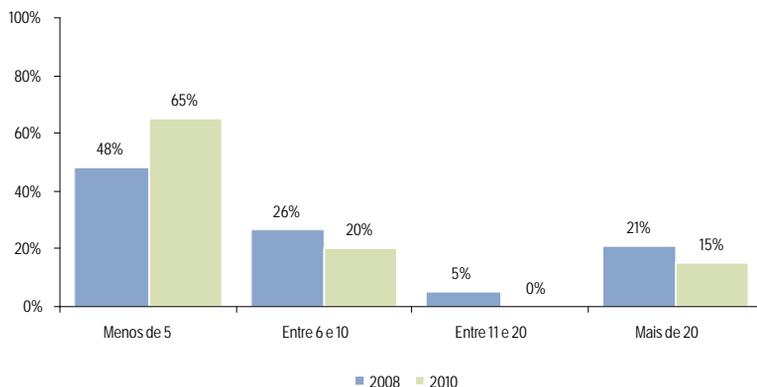
Figura 4: Áreas com as quais existem as maiores sinergias na prevenção do BC/FT



Quanto ao número de colaboradores que integram as áreas responsáveis pelo tema da prevenção do BC/FT, verificou-se que entre o estudo de 2008 e o presente estudo ocorreu uma redução do número de recursos afectos a estas áreas. A percentagem de Organizações com menos de cinco colaboradores afectos à área responsável pelo tema da prevenção do BC/FT passou de 48% em 2008 para 65% em 2010.

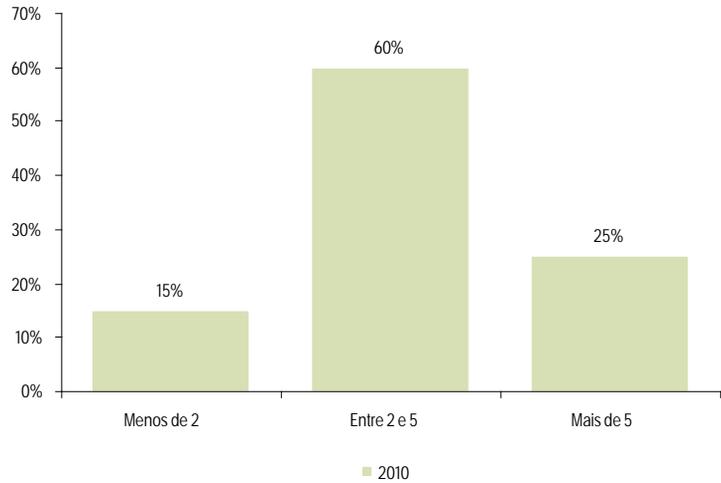
Esta situação foi influenciada pela participação no estudo de novas Instituições de dimensão mais reduzida, aumentando desta forma a percentagem de Instituições com menos colaboradores afectos às áreas responsáveis pela prevenção do BC/FT.

Figura 5: Número de colaboradores que integram a área responsável pela prevenção de BC/FT



Quanto à senioridade das equipas que constituem as áreas responsáveis pela prevenção do BC/FT, verificou-se que em 85% dos casos o número médio de anos de experiência destas equipas é superior a dois anos, sendo que em 25% dos casos é superior a cinco anos.

Figura 6: Número médio de anos de experiência dos colaboradores da área responsável pela prevenção do BC/FT



Comentário KPMG

Os resultados deste estudo indicam um aumento da percentagem de Organizações para as quais o tema do BC/FT é considerado de importância fundamental para a gestão de topo. No entanto, é necessário que essa relevância que lhe é atribuída continue a materializar-se na implementação de medidas que visem responder aos diversos requisitos regulamentares, e que promovam a implementação de boas práticas nesta matéria.

Os resultados deste estudo não nos permitem concluir sobre uma eventual redução do número de recursos afectos às áreas responsáveis pela prevenção do BC/FT. A entrada de novas Instituições de menor dimensão veio aumentar a percentagem de Instituições com menos colaboradores afectos às áreas responsáveis pelo BC/FT.

Independentemente da dimensão destas áreas, é necessário que exista uma cada vez maior preocupação quanto à eficiência dos processos e recursos afectos à prevenção do BC/FT.

A existência de equipas com um nível de senioridade elevado nas áreas que têm como responsabilidade tratar dos temas relacionados com a prevenção do BC/FT constitui um factor relevante para que os objectivos das Organizações em termos de prevenção do BC/FT sejam atingidos, considerando quer a especificidade do tema, quer os meios utilizados cada vez mais sofisticados.

A gestão de topo deve ter presente a sua responsabilidade de consciencializar e sensibilizar toda a Organização para o tema da prevenção do BC/FT, assim como de dotar a Organização dos meios necessários para fazer face às diversas exigências nesta matéria. Desta forma, estará a contribuir para a implementação de uma cultura de prevenção do BC/FT na Organização.

É necessário, também, que assegure a definição e implementação efectiva de políticas e procedimentos e que tenha uma visão adequada dos riscos a que a Organização está exposta em termos de prevenção do BC/FT.

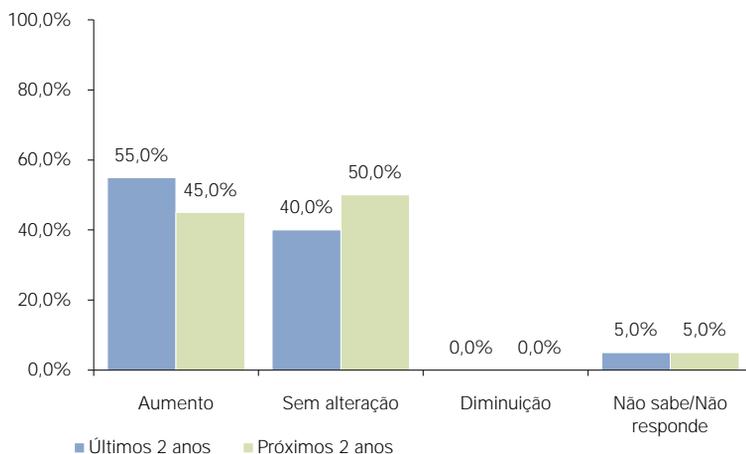
Análise dos Resultados do Estudo

2. Custos de Compliance

Verificou-se uma redução da percentagem de Organizações que considera que os seus custos com a prevenção do BC/FT vai aumentar num horizonte temporal de dois anos. Nos últimos dois anos verificou-se um acréscimo dos custos com a prevenção do BC/FT em 55% dos casos, sendo que para os próximos dois anos essa perspectiva de aumento apenas se mantém para 45% dos inquiridos.

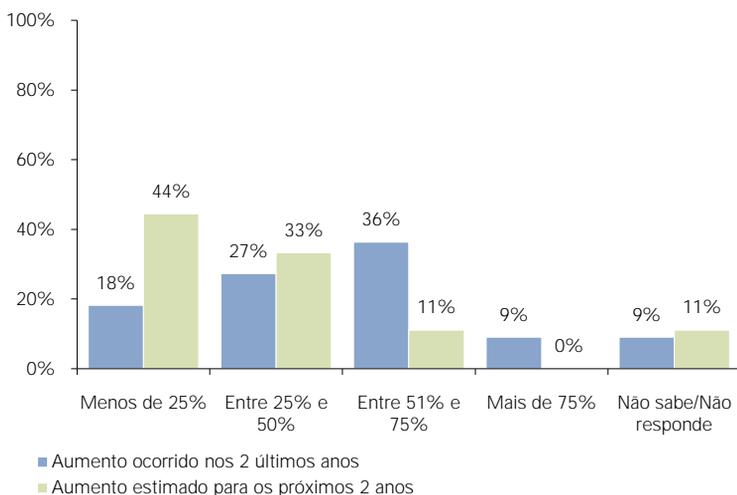
Salienta-se, no entanto, o facto de nenhuma das Organizações do Sector ter respondido que os custos relacionados com a prevenção do BC/FT fossem reduzir nos próximos dois anos.

Figura 7: Variação dos custos com a prevenção do BC/FT



Das Organizações que prevêem um aumento, nos próximos dois anos, dos custos associados à prevenção do BC/FT verifica-se que, em 44% dos casos, esse aumento será inferior a 25%.

Figura 8: Aumento de custos ocorrido e estimado com a prevenção do BC/FT

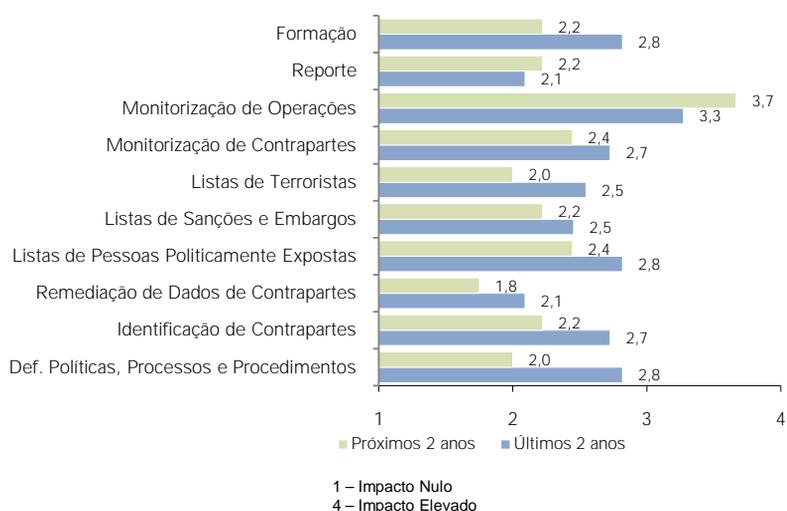


Continuando a considerar apenas as Organizações que referiram existir um aumento previsto de custos associado à prevenção do BC/FT, verifica-se, através da análise da Figura 9, que nos últimos dois anos a maior parcela do investimento foi canalizada para as actividades de monitorização de operações, utilização de listas de Pessoas Politicamente Expostas (PEP), para a monitorização de contrapartes, para a formação e para definição de políticas, processos e procedimentos.

Nos próximos dois anos estas Organizações prevêem que o maior impacto ao nível dos custos esteja relacionado com a monitorização de operações, continuando esta a ser a actividade com maior impacto a nível de custos em termos da prevenção de BC/FT no Sector Bancário.

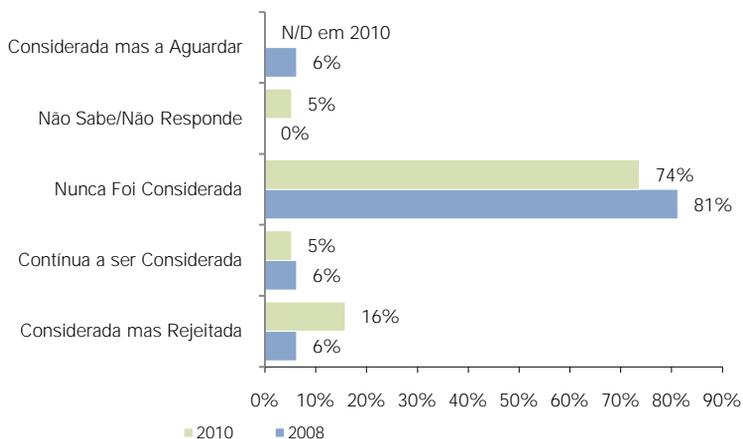
Salienta-se também que o reporte, a par da monitorização de operações, teve também um acréscimo do seu peso relativo ao nível do impacto nos custos.

Figura 9: Impacto nos custos de prevenção do BC/FT



Apenas 5% das Organizações que responderam a este inquérito referiram ter a função responsável pela prevenção do BC/FT em Outsourcing. Salienta-se contudo que, nestes casos, a função se encontra externalizada mas dentro do grupo económico em que estas Organizações se inserem.

Pela análise da Figura 10 verifica-se que em 74% das Organizações que não possuem actividades relacionadas com BC/FT em Outsourcing esta possibilidade nunca foi sequer considerada e que 16% consideraram a hipótese mas esta foi rejeitada.

Figura 10: Prevenção do BC/FT em *outsourcing*

Comentário KPMG

Mesmo considerando o investimento que o Sector Bancário efectuou nos últimos cinco anos, no âmbito da prevenção do BC/FT, desde a publicação da Terceira Directiva Comunitária, continua a existir uma elevada percentagem de Organizações que considera ser ainda necessário um aumento do investimento ao nível da prevenção do BC/FT, pelo menos nos próximos dois anos.

A maior parte do investimento previsto para os próximos dois anos continua a ser direccionado para a monitorização de operações, dado que exige a implementação/desenvolvimento de aplicações informáticas, bem como um conjunto de recursos afectos que monitorizem a informação processada pelo sistema.

Torna-se, no entanto, necessário que cada uma das Instituições analise se o investimento que tem vindo a ser efectuado é suficiente e, mais importante, se permite endereçar os principais objectivos da Organização nesta matéria, assim como responder aos requisitos regulamentares que se encontram definidos.

Considerando que existe actualmente uma pressão adicional a nível de custos devido aos efeitos da crise económica, um dos grandes desafios que se coloca agora às Organizações do Sector é a redução de custos, por via da optimização de processos associados às actividades relacionadas com a prevenção do BC/FT.

Torna-se, assim, necessário que as Organizações despendam algum tempo a analisar os seus processos e a introduzir as alterações necessárias para que se tornem mais eficientes, garantido que continuam a cumprir os objectivos propostos.

Por fim, salienta-se o facto de as Organizações continuarem a considerar a prevenção do BC/FT um tema crítico e com elevados riscos associados, pelo que preferem assumir as funções que lhe estão associadas ao invés de as colocarem em *outsourcing*.

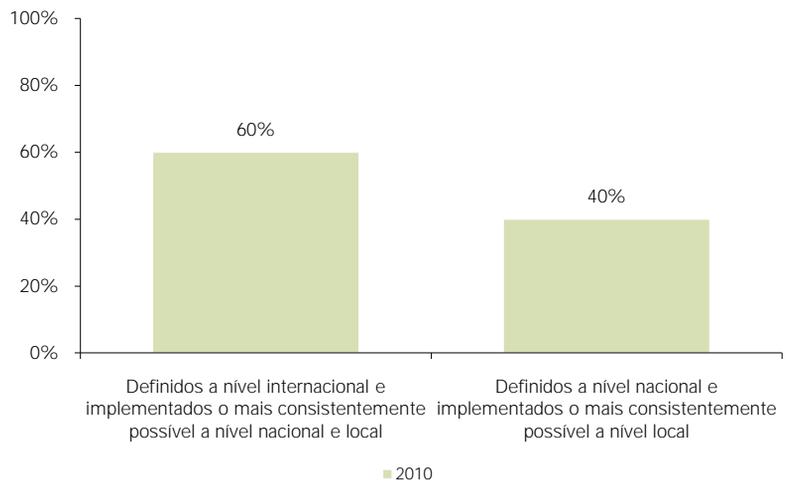
Análise dos Resultados do Estudo

3. Políticas, Processos e Procedimentos

Quanto à opção tomada pelas Instituições participantes neste inquérito, no que concerne à documentação e aplicação de políticas e procedimentos relativos à prevenção do BC/FT de uma forma consistente nos diversos mercados em que operam, verificou-se que em 60% dos casos as suas políticas, processos e procedimentos são definidos a nível internacional e implementadas o mais consistentemente possível a nível nacional/local.

De referir que 80% das Organizações que responderam a este inquérito estão presentes em pelo menos dois países, pelo que o tema da definição e aplicação de políticas, processos e procedimentos de forma consistente nas diferentes localizações assume uma importância acrescida.

Figura 11: Definição das políticas, processos e procedimentos da Organização no âmbito da prevenção de BC/FT



Quanto à forma como estas políticas, processos e procedimentos estão documentadas, 70% dos inquiridos referiram que o fazem através de Manuais de Procedimentos e 25% através de Regulamentos Internos.

A divulgação na Organização dessas mesmas políticas, processos e procedimentos é efectuada em 75% dos casos por todos os colaboradores da Organização. Nos restantes casos a divulgação é efectuada apenas à área responsável pela prevenção de BC/FT e/ou aos colaboradores com responsabilidade nesta matéria.

Quando foi perguntado quais os meios preferenciais para divulgação das políticas, processos e procedimentos na Organização, a intranet (65%) e a formação (45%) foram os meios mais referidos.

Figura 12: Como se encontram definidas as políticas, processos e procedimentos da área responsável pela prevenção do BC/FT?

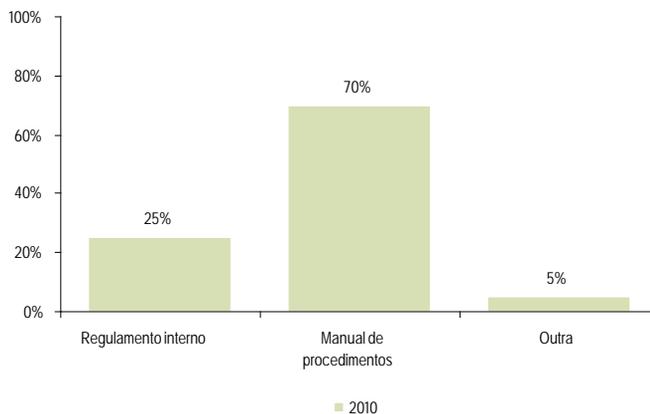
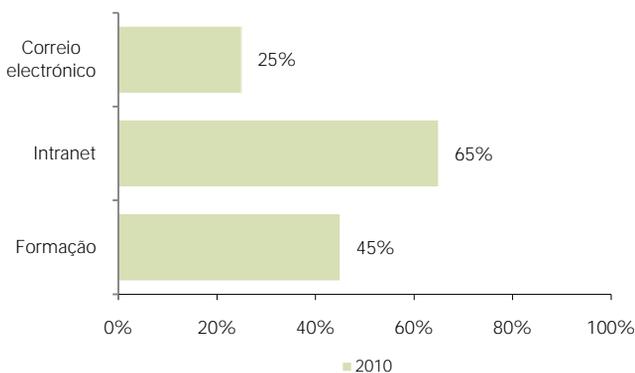


Figura 13: Quais os meios preferenciais utilizados para a divulgação das políticas, processos e procedimentos relativos à prevenção de BC/FT?



Comentário KPMG

O desafio que continua a colocar-se às Organizações do Sector Bancário nesta matéria é conseguir adequar a implementação de políticas, processos e procedimentos de forma consistente em cada geografia/região, conseguindo conciliar o atingir dos objectivos propostos em termos de prevenção de BC/FT com a menor complexidade possível ao nível desses mesmos procedimentos.

O facto de operarem em diversos mercados com características específicas, e em diferentes estágios de evolução ao nível da temática da prevenção do BC/FT, exige que se tenha um cuidado adicional na forma como são aplicadas as políticas, processos e procedimentos que se encontram definidos.

Deve assim ser garantido que existe uma política global que garanta o cumprimento dos objectivos definidos nesta matéria, assim como os requisitos legais aplicáveis, sem com isso introduzir uma ainda maior complexidade na sua implementação. Deve, contudo, ser flexível de forma a poder ser aplicada a diferentes realidades.

A abordagem adoptada deve estar devidamente documentada e suportada para que possa responder às exigências das entidades reguladoras e, em simultâneo, garantir o alinhamento com as boas práticas internacionais.

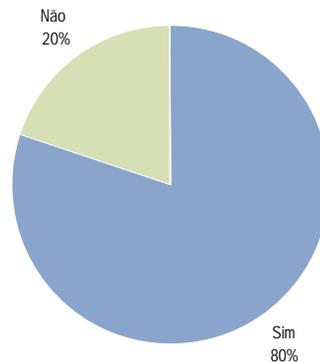
Considerando a crescente complexidade das operações, das relações de negócio e dos novos canais de distribuição, continua a assumir primordial importância a actualização atempada das políticas e os procedimentos associados à prevenção do BC/FT.

Análise dos Resultados do Estudo

4. Avaliação Baseada no Risco da Actividade Know Your Counterpart (KYC)

Entre os resultados do estudo realizado em 2008 e o presente estudo verificou-se um acréscimo da percentagem de Organizações do Sector que referem utilizar uma abordagem baseada no risco para a avaliação das contrapartes. Em 2008 esta percentagem era de 72%, sendo em 2010 de 80%.

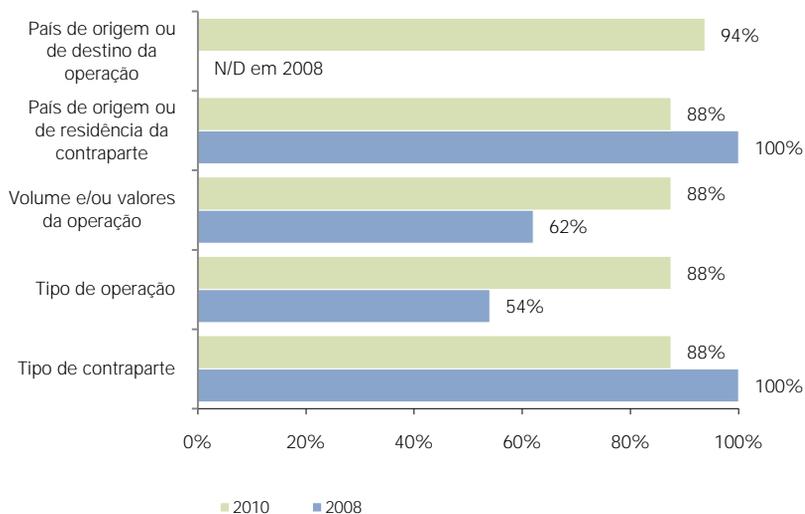
Figura 14: Procedimentos de obtenção de informação depende do risco das contrapartes?



Ao analisarmos a Figura 15, podemos constatar a existência de alterações na combinação de variáveis utilizadas no Sector Bancário na avaliação do risco das contrapartes.

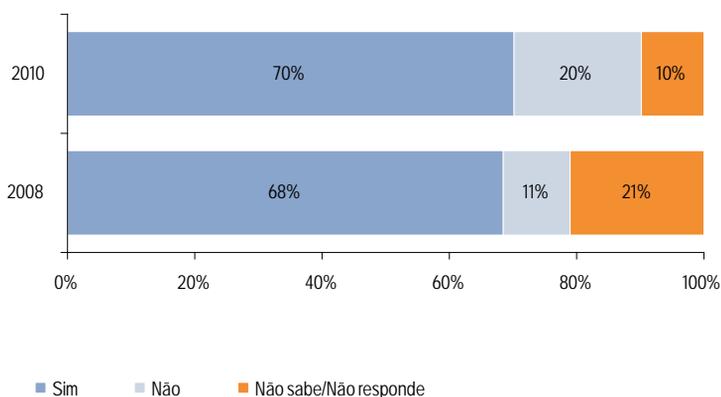
Em 2008 o tipo de contraparte e o país de origem/residência da contraparte eram os factores que se destacavam na avaliação do risco efectuada. Em 2010 verificou-se que a generalidade das Organizações que possui uma abordagem de risco na avaliação das contrapartes, passou a considerar um conjunto mais vasto de variáveis em simultâneo na sua análise, atribuindo-lhes sensivelmente o mesmo grau de importância. Para além das variáveis referidas em 2008, acrescem também agora o tipo de operação, o volume e/ou valores da operação e o país de origem ou destino da operação.

Figura 15: Variáveis ponderadas na avaliação de risco das contrapartes



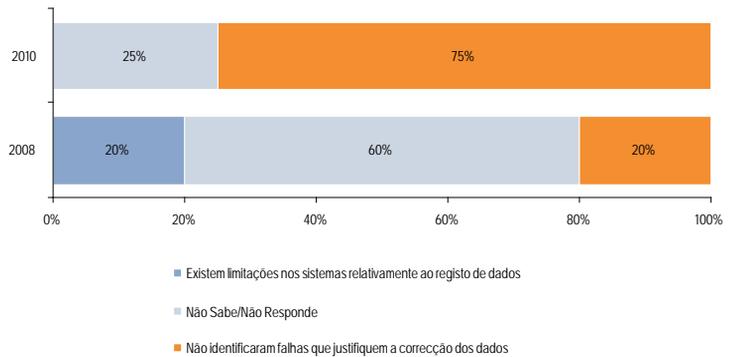
A percentagem de Organizações que teve, ou ainda tem em curso, um processo de actualização de dados de contrapartes, mantém-se praticamente inalterada. Em 2008 esta percentagem era de 68% e agora é de 70%. Estes programas de actualização retrospectiva tiveram que ser implementados relativamente a contrapartes cuja relação comercial se estabeleceu anteriormente à obrigatoriedade de recolha de dados KYC e por forma a minimizar os impactos que pudessem daí resultar.

Figura 16: Existência de algum projecto de actualização de dados de contrapartes



As Organizações que não desenvolveram, nem estão a desenvolver, programas de actualização de dados apresentaram como principal argumento para a sua não implementação o facto de não terem identificado falhas suficientes que justificassem o investimento.

Figura 17: Razões para a inexistência de um projecto de actualização de dados de contrapartes



No casos em que as Organizações têm um programa de correcção de dados em curso, a abordagem adoptada continua a consistir maioritariamente em percorrer a base de dados das contrapartes e obter os dados em falta (57%). A obtenção de informação sempre que se inicia uma nova relação comercial também é uma das metodologias mais adoptadas pelas Organizações na obtenção desses mesmos dados.

Apenas 7% das Organizações referiram utilizar uma abordagem baseada no risco neste contexto de actualização de dados KYC.

Figura 18: Método utilizado no processo de actualização de dados KYC

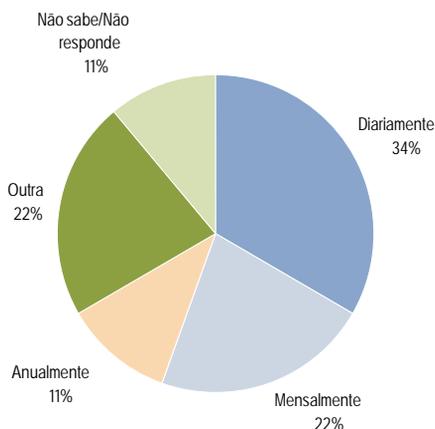


Quanto à dificuldade de obtenção ou partilha de informação sobre as contrapartes, 60% das Organizações consideraram que existem determinados países/regiões em cuja obtenção desta informação é mais complexa. Foram enumerados diversos países/jurisdições pelas Organizações participantes, das quais se destacam as jurisdições offshore, jurisdições não cooperantes e países com menor transparência e menor aplicação das recomendações emanadas pelo Grupo de Acção Financeiro Internacional (GAFI) em matéria de prevenção do BC/FT.

Quando as Organizações que participaram neste Estudo foram inquiridas sobre se confrontavam as suas Bases de Dados de Contrapartes com listas de terroristas, 90% responderam afirmativamente.

Quanto à periodicidade com que esta actividade é executada, 34% responderam que o faziam diariamente e 22% disseram que o faziam mensalmente. Na opção “Outra” estão enquadradas cerca de 11% de Organizações que referiram efectuar esta actividade apenas quando a relação com o cliente é iniciada ou sempre que existam actualizações nas listas de terroristas.

Figura 19: Periodicidade de confronto das bases de dados de contrapartes com listas de terroristas



Comentário KPMG

A adopção de uma abordagem de risco relativamente às contrapartes permite à Organização endereçar de forma mais focalizada as medidas adequadas em função do perfil de risco das mesmas.

É de relevar o facto de 80% das Organizações que responderam a este questionário terem afirmado possuir uma abordagem baseada no risco na avaliação das suas contrapartes.

Destaca-se, também, o conjunto mais alargado de variáveis consideradas pela generalidade das Organizações na referida avaliação do risco, nomeadamente:

- País de origem ou residência da contraparte;
- Tipo de contraparte;
- Volume e/ou valores das operações;
- Tipo de operação; e
- País de origem ou destino da operação.

É necessário que as Organizações do Sector mantenham procedimentos efectivos de aceitação do cliente, recolhendo toda a informação necessária logo no início da relação de negócio, de forma a poderem aferir qual o perfil de risco dessa mesma contraparte e monitorizar as alterações de perfil de risco da contraparte ao longo da sua relação com a Organização.

A abordagem baseada no risco deve ser transversal ao tema da prevenção do BC/FT e não se focar apenas ao nível da análise de contrapartes. Nesta perspectiva, as políticas, processos, procedimentos, operações e jurisdições devem também ser abrangidas por uma abordagem baseada no risco.

Análise dos Resultados do Estudo

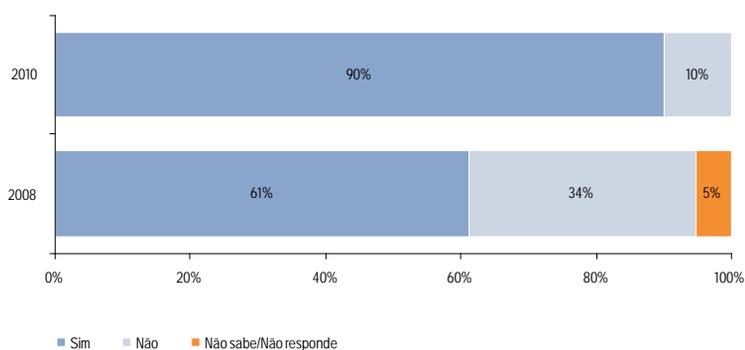
5. Pessoas Politicamente Expostas (PEP)

A legislação actual, resultante da transposição da Terceira Directiva Comunitária (Lei n.º 25/2008, de 5 de Junho), obriga a que as Organizações abrangidas pela mesma tenham definidos e implementados procedimentos específicos na identificação e acompanhamento das Pessoas Politicamente Expostas (PEP).

Este tipo de contraparte, tal como se encontra definido, é constituído por pessoas singulares que desempenham, ou desempenharam até há um ano, altos cargos de natureza política ou pública, bem como os membros próximos da sua família e pessoas que reconhecidamente tenham com elas estreitas relações de natureza societária ou comercial.

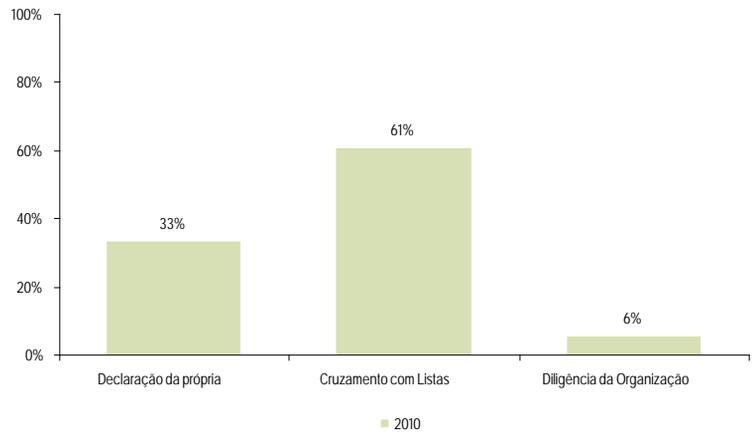
É de salientar a evolução significativa que se verificou face ao estudo anterior, dado que existiu um acréscimo de 29% das Organizações que referem possuir agora políticas, processos e procedimentos específicos para identificar e monitorizar as PEP. Em 2008 esta percentagem era de 61% e em 2010 é de 90%.

Figura 20: Existência de políticas, processos e procedimentos específicos que permitam identificar e monitorizar Pessoas Politicamente Expostas (PEP)



Quanto se questionaram as Organizações participantes sobre qual a principal metodologia adoptada na identificação de uma PEP, verificou-se que 61% utilizam o cruzamento de listas, e que 33% utilizam principalmente uma declaração da própria pessoa.

Figura 21: Principais metodologias adoptadas na identificação de uma PEP

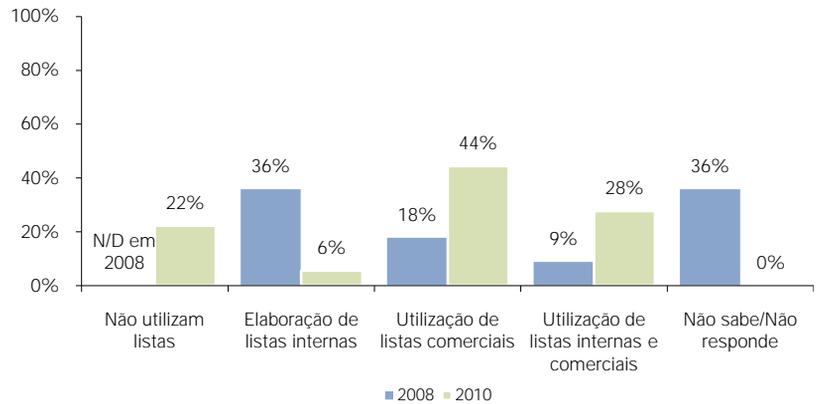


Das Organizações do Sector Bancário que dispõem de procedimentos específicos para a identificação das PEP, destaca-se o aumento significativo da percentagem de Organizações que recorre a um modelo híbrido, recorrendo assim tanto a listas internas, como a listas comerciais para identificação das PEP. Esta percentagem é de 28% em 2010, quando em 2008 era de apenas 9%.

Destaca-se, também, o facto de ainda 22% das Organizações não utilizarem listas para a identificação de uma PEP.

Quanto à periodicidade de actualização das listas de identificação de uma PEP, 38% das Organizações dizem que o fazem mensalmente, e 23% dizem que o fazem diariamente/on going.

Figura 22: Formato adoptado na utilização das listas de identificação de uma PEP



Comentário KPMG

Nesta matéria existiu uma evolução significativa nos últimos dois anos, dado que em 2010 mais 29% das Organizações referem possuir políticas, processos e procedimentos específicos para identificar Pessoas Politicamente Expostas, sendo agora esta percentagem de 90%.

Verificou-se, também, que existiu uma maior percentagem de Organizações que utilizam quer listas internas quer listas externas para identificação de uma PEP. Para que a informação seja o mais fiável possível, é necessário que se reúna informação de diversas fontes e se centralize numa lista única. Mesmo no caso de serem utilizadas apenas listas comerciais, é recomendável que se utilizem listagens de diversos fornecedores.

Quanto à actualização das listas, verificou-se que um conjunto significativo de empresas (61%) o faz diariamente/on going ou mensalmente.

A qualidade da informação recolhida no início da relação com o cliente, assim como atempada actualização da informação relativa às listas utilizadas, são factores decisivos na correcta identificação das PEP.

Análise dos Resultados do Estudo

6. Monitorização de Operações/ Transacções

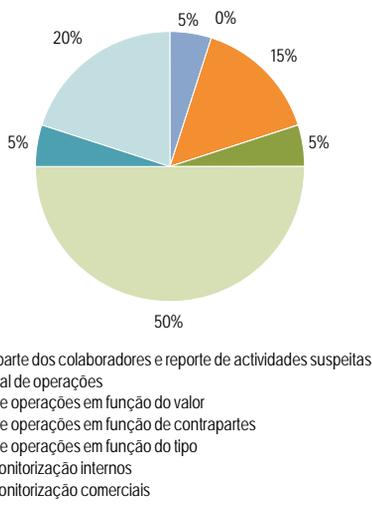
As Instituições Bancárias a operar no mercado nacional desenvolveram os seus sistemas de monitorização de transacções para identificar transacções suspeitas utilizando um conjunto diferenciado de metodologias para o efeito.

O método mais utilizado na monitorização de transacções no Sector Bancário é, para 50% dos inquiridos, o sistema de monitorização interno. A investigação de operações em função do valor (15%) foi também considerado pelos inquiridos como um dos métodos principais na monitorização de operações.

Em 2008, este último método foi considerado em 83% dos casos como o mais utilizado na monitorização de transacções, seguido da investigação de transacções em função da sua tipologia (67%). Os sistemas de monitorização internos foram seleccionados apenas em 28% dos casos. Estes dados não podem, contudo, ser directamente comparados, dado que em 2008 os inquiridos podiam seleccionar mais do que um método utilizado e em 2010 os inquiridos apenas podiam seleccionar o método que mais se aplicava à sua situação em concreto.

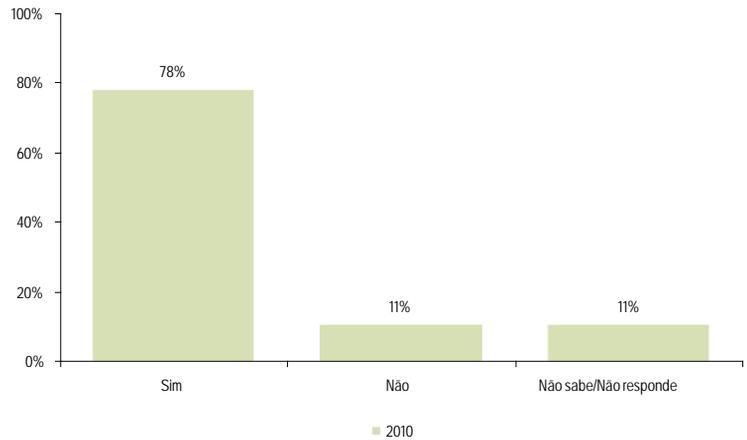
A totalidade dos inquiridos considerou o sistema de monitorização de transacções por si utilizado como satisfatório (45%) ou muito satisfatório (55%).

Figura 23: Principal método de monitorização das transacções



Em 78% das Organizações do Sector foi referido que existe capacidade para monitorizar transacções envolvendo mais do que um país ou jurisdição.

Figura 24: A Organização tem capacidade para monitorizar mais do que um país ou jurisdição?



O estudo revela que 50% dos inquiridos referem ter assistido nos últimos dois anos a um aumento do número de informações ou operações suspeitas reportadas, tendo sido identificadas como principais razões deste aumento a melhoria dos sistemas de monitorização de operações e a existência de melhores políticas, processos e procedimentos. Melhor formação e melhor monitorização de contrapartes foram também factores considerados como relevantes na contribuição para a detecção de mais operações suspeitas.

Quando foi solicitada a indicação do tipo de operações suspeitas mais detectadas nos últimos dois anos, foram referidos essencialmente os depósitos/levantamentos em numerário (55%) e as transferências bancárias (40%).

Figura 25: Impacto no número de informações ou operações suspeitas reportadas

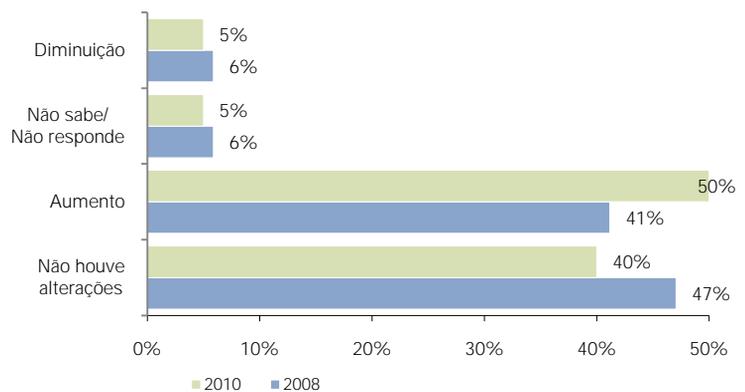


Figura 26: Razões para o aumento do número de operações suspeitas detectadas



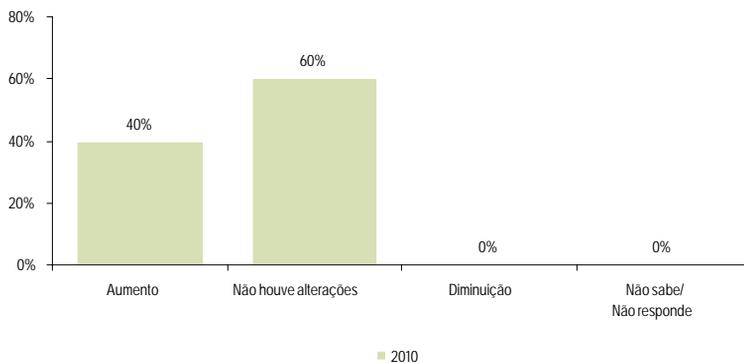
De referir, também, que 85% das Instituições bancárias que responderam a este inquérito revelaram possuir evidências que suportam as decisões de recusa de operações relacionadas com a prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo.

Em 80% dos casos existem também evidências que suportem a decisão de não reportar eventuais operações analisadas e consideradas como suspeitas.

De acordo com o presente estudo, 40% dos Bancos aumentaram o número de recursos envolvidos na monitorização de operações nos últimos dois anos.

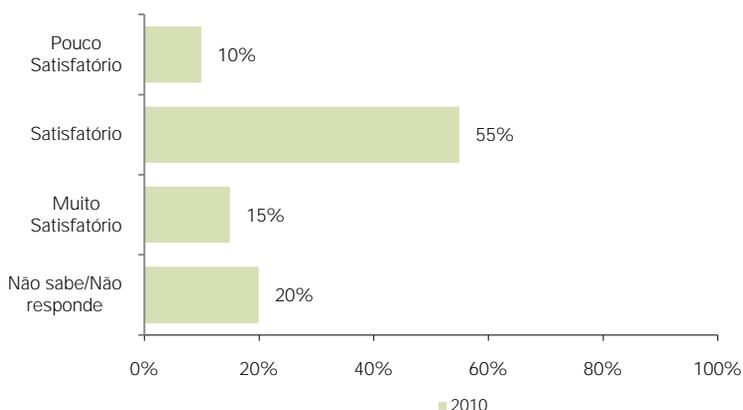
As principais razões referidas pelos Bancos que tiveram um aumento do número de recursos afectos na monitorização de operações foram o facto de a implementação deste sistema ser complexa, o aumento das tipologias de operações analisadas e de entidades abrangidas, maior número de reportes internos e o facto de exigir manutenção continuada.

Figura 27: Impacto no número de recursos humanos envolvidos na monitorização de operações (2 últimos anos)



No que se refere ao feedback recebido da UIF, 15% dos Bancos afirmaram ser “Muito Satisfatório” e 55% disseram ser “Satisfatório”, enquanto que para 10% este é “Pouco Satisfatório” e 20% não expressou opinião.

Figura 28: Qualidade do *feedback* da Unidade de Informação Financeira



Comentário KPMG

Mesmo considerando o investimento realizado pela generalidade das Instituições nos sistemas de monitorização automática de transacções, verifica-se que continua ainda a ser necessário um conjunto significativo de recursos afectos à monitorização de transacções no âmbito da prevenção do BC/FT. Este facto deve-se essencialmente à necessidade de acompanhamento das diversas actualizações do sistema e ao facto de um conjunto de actividades relacionadas com a prevenção do BC/FT continuar a ter uma forte componente humana na sua realização, como por exemplo a investigação de operações e a revisão de excepções.

A melhoria referida pelos inquiridos na monitorização de operações e contrapartes, aliada à melhoria da formação dos colaboradores e de melhores políticas e procedimentos, reflecte-se no aumento de detecção de operações suspeitas para um conjunto significativo de Instituições Bancárias (50%)

À semelhança do que foi feito no estudo de 2008, continua a fazer sentido referir um conjunto de boas práticas nesta matéria que é necessário serem adoptadas/reforçadas pelas Organizações:

- I Apesar dos sistemas de monitorização de transacções oferecerem um cada vez maior potencial para a filtragem e análise de um elevado volume de transacções, as Organizações devem continuar a investir na formação dos colaboradores dado que, considerando o elevado número de informações ou operações suspeitas detectado/reportado pelo front-office, não existe um substituto para a vigilância do colaborador de primeira linha;
- I Continuar a desenvolver o networking de forma a identificarem novas tipologias de transacções, e conseguirem desenhar cenários de parametrização;
- I Os reportes externos deverão ser adequados às necessidades dos diversos intervenientes do sistema preventivo do BC/FT, nomeadamente da UIF, contendo os elementos necessários a uma análise tendente à confirmação, ou não, das suspeitas detectadas.

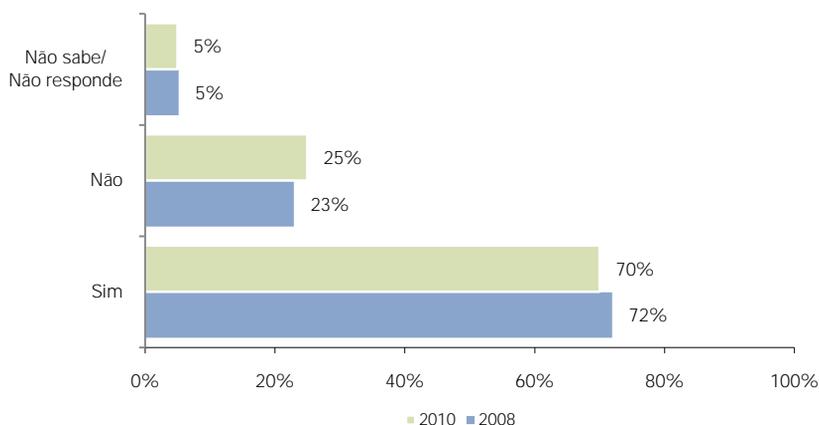
Análise dos Resultados do Estudo

7. Monitorização dos Sistemas e Controlos

A avaliação e monitorização dos controlos implementados pelas Organizações nos seus diversos processos de negócio, constitui um factor essencial para garantir que os objectivos da Organização são atingidos. Desta forma, os sistemas e controlos existentes na Organização ao nível da prevenção do BC/FT devem também ser alvo de avaliação e monitorização.

Manteve-se praticamente inalterada a percentagem de Organizações do Sector que referem possuir um programa de monitorização e verificação de eficiência dos sistemas e controlos aplicáveis à prevenção do BC/FT, sendo em 2010 este valor de 70%.

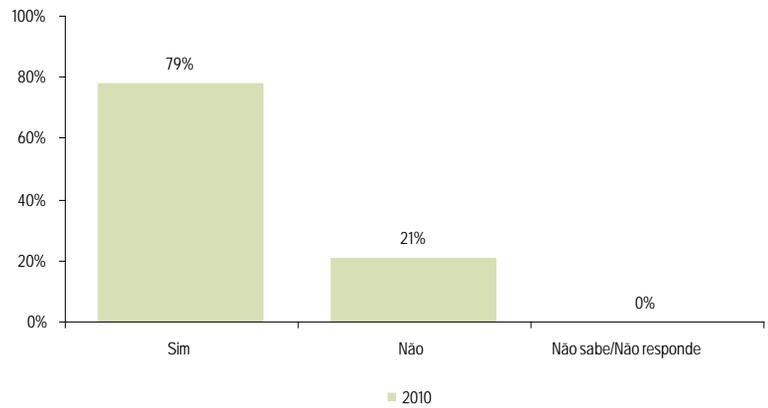
Figura 29: Existência de um programa de monitorização e verificação da eficiência dos sistemas e controlos



De salientar, também, que a totalidade das Instituições que possuem um programa de monitorização e verificação da eficiência dos sistemas e controlos, referiu ter estes procedimentos devidamente documentados.

Este estudo revela também que existem ainda 21% das Organizações que, apesar de referirem terem implementado o programa acima mencionado, não realizam periodicamente testes à eficácia dos respectivos controlos.

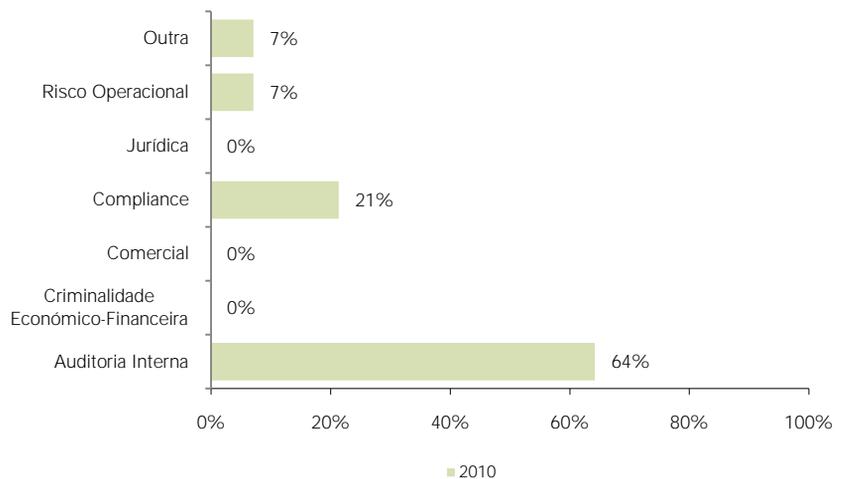
Figura 30: O programa é sujeito regularmente a testes de efectividade?



Verificou-se que para 64% das Instituições que possuem um programa de monitorização e verificação da eficiência dos sistemas e controlos este é efectuado pela função de Auditoria Interna, o que se enquadra no papel da função de Auditoria Interna como terceira linha de defesa no modelo de governo das Organizações.

Existem ainda 21% das Organizações que consideram que é a função de Compliance que tem o papel mais preponderante no programa de monitorização e verificação da eficiência dos sistemas e controlos.

Figura 31: Principal área com papel preponderante relativamente à monitorização e verificação da eficiência dos sistemas e controlos



Comentário KPMG

Tal como qualquer outro processo, também o processo de prevenção do BC/FT necessita de ser monitorizado e avaliado por forma a verificar a sua eficácia e melhorar a sua eficiência.

A monitorização deve ser efectuada a vários níveis da Organização, existindo uma primeira linha de monitorização (ongoing) efectuada pelos colaboradores que diariamente lidam com os temas da prevenção do BC/FT.

A monitorização deve também ser efectuada, numa segunda linha, pela área responsável pela prevenção do BC/FT na Organização (Compliance).

Finalmente, o departamento de Auditoria Interna constitui a terceira linha de monitorização, onde o trabalho é revisto de forma independente e onde os sistemas e controlos são testados.

É fundamental que as falhas detectadas neste processo de monitorização sejam resolvidas e que as melhorias necessárias sejam incorporadas na operativa do processo.

A abordagem baseada no risco deverá ser estendida às componentes dos sistemas e controlos de prevenção do BC/FT, incluindo a monitorização dos requisitos de compliance.

Em alguns países é exigido às Organizações a emissão de relatórios anuais, elaborados por auditores externos, relativos à prevenção do BC/FT. Este facto constitui um factor adicional de garantia do funcionamento da monitorização da eficiência de sistemas e controlos existente na Organização.

Análise dos Resultados do Estudo

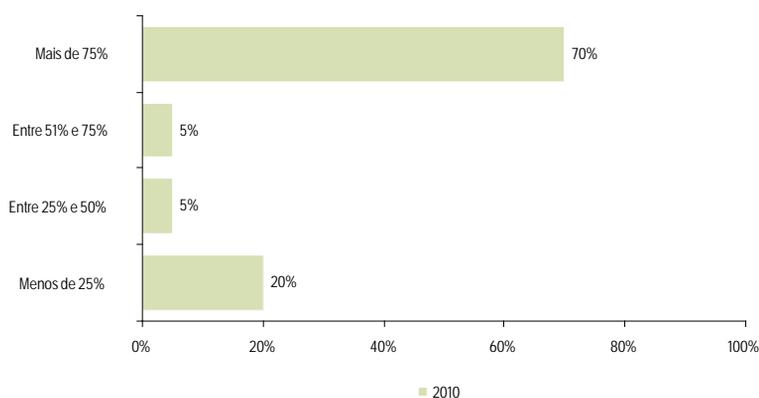
8. Formação

A temática da prevenção do BC/FT, considerando a sua especificidade, complexidade e necessidade de constante actualização, exige um investimento significativo por parte das Instituições na consciencialização e a formação de colaboradores relativamente a este tema.

Existiu uma evolução face a 2008 relativamente à realização de acções de formação sobre prevenção do BC/FT nas Instituições Bancárias. Os resultados do presente estudo revelam que a totalidade dos Bancos participantes promove regularmente formação junto dos seus colaboradores, quando em 2008 esta percentagem era de 94,7%.

Adicionalmente, e como se pode ver no gráfico abaixo, 70% das Instituições afirmam ter formado mais de 75% dos colaboradores da Organização.

Figura 32: Percentagem de colaboradores com formação em prevenção de BC/FT

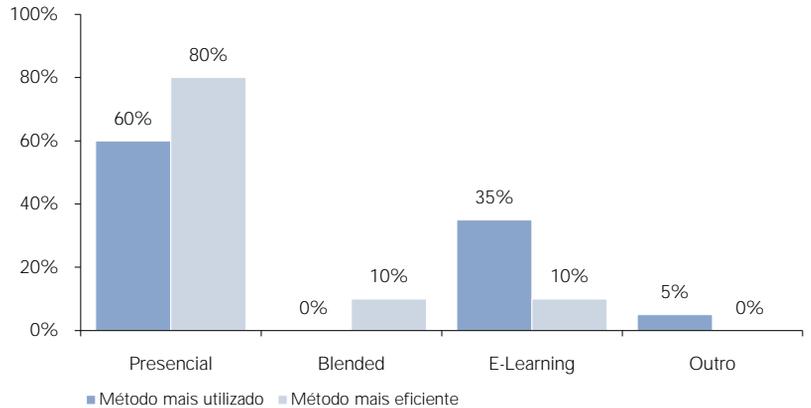


Verificou-se, também, que as Instituições Bancárias que responderam a este Estudo privilegiam a formação ministrada internamente (80%). Apenas 20% afirmaram recorrer a entidades externas no âmbito da formação sobre prevenção do BC/FT.

Entre o estudo realizado em 2008 e o presente estudo existiu uma alteração substancial nos resultados relativamente ao método de formação mais utilizado. Em 2008, cerca de 63% afirmaram utilizar o método blended, ainda que o método presencial fosse considerado o mais eficiente para 56% dos participantes. Em 2010, nenhuma das Instituições Bancárias referiu utilizar o método blended, passando o método presencial a ser o mais utilizado pelas Instituições Bancárias (60%). A formação recorrendo ao método de e-learning foi referida como a mais utilizada por 35% dos inquiridos.

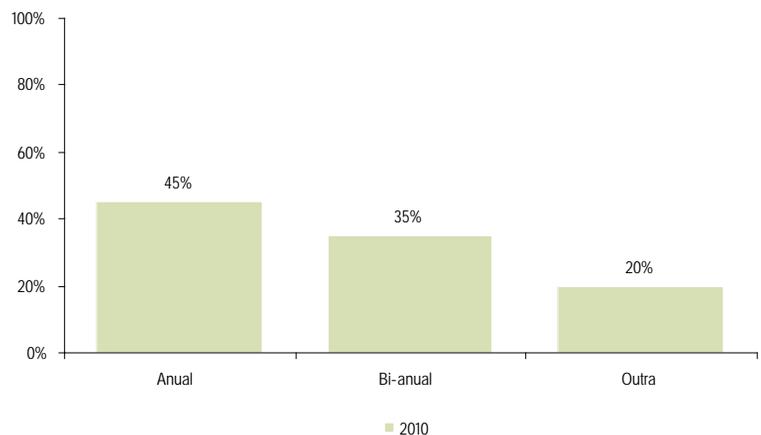
O método presencial, para além de ser o mais utilizado, é também aquele que é considerado como o mais eficiente por parte das Organizações do Sector que participaram neste estudo.

Figura 33: Método de formação mais utilizado e mais eficiente



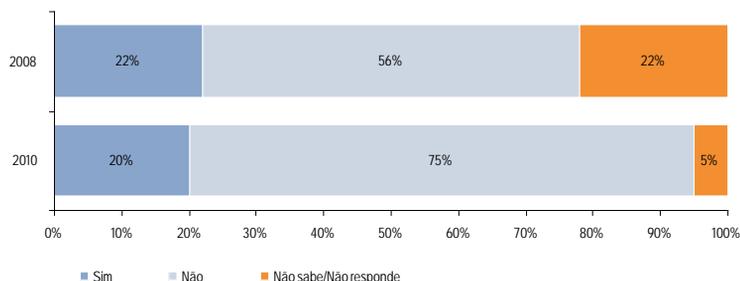
Para 45% das Instituições Bancárias a actualização da formação relativa à temática da prevenção do BC/FT é efectuada com uma periodicidade anual, sendo que existem ainda 35% que referem que esta actualização ocorre duas vezes por ano.

Figura 34: Periodicidade média das actualizações da formação inicial



Mantém-se praticamente inalterada a percentagem de colaboradores com certificação em prevenção do BC/FT no Sector Bancário. Apenas aproximadamente 20% referem ter pelo menos um colaborador nos seus quadros com certificação na área.

Figura 35: Certificação em prevenção do BC/FT (existência de pelo menos um colaborador)



De salientar, ainda, o facto de 90% dos inquiridos ter referido que considera útil o envolvimento das autoridades competentes nas acções de formação.

Comentário KPMG

A formação é um dos factores críticos no sucesso da prevenção do BC/FT nas Organizações. A complexidade e dinâmica do tema exige permanente actualização, nomeadamente quanto a boas práticas a implementar e a novas formas de BC/FT que é preciso conhecer.

Apesar da evolução verificada ao nível dos sistemas de informação na detecção automática de um conjunto cada vez mais alargado de situações suspeitas ao nível de BC/FT, continua a existir uma forte componente humana ao longo do processo que torna essencial a permanente actualização de conhecimentos nesta matéria.

As Organizações do Sector devem adequar o seu plano de formação às necessidades de cada colaborador considerando as necessidades específicas existentes e o papel que cada um desempenha no processo.

O e-learning pode revelar-se como o método mais adequado para cursos mais genéricos e de iniciação, permitindo abranger um maior número de colaboradores num menor período de tempo.

A formação presencial é mais adequada para um nível de formação mais avançado, dado possibilitar uma maior interacção e facilitar o esclarecimento de situações mais complexas.

Seja qual for o modelo ou nível da formação, as Organizações devem garantir uma correcta avaliação de conhecimentos e a correspondente certificação.

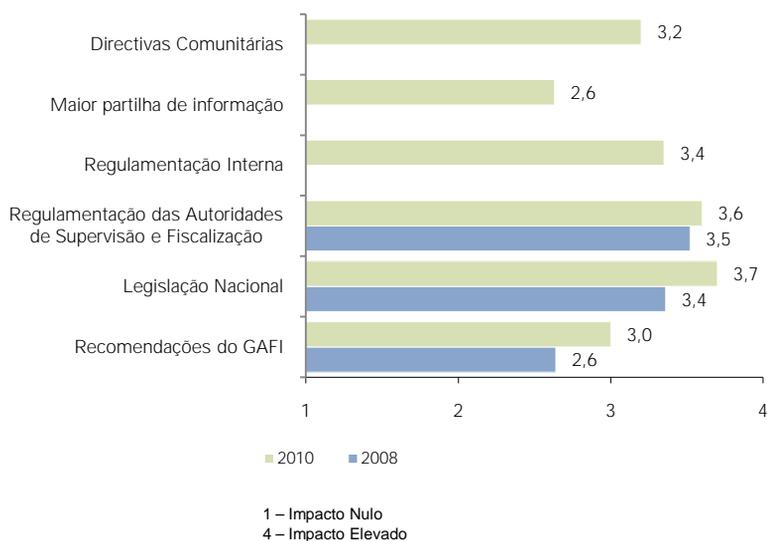
A avaliação da efectividade das acções de formação realizadas e o nível de conhecimento dos colaboradores deve também fazer parte da monitorização dos sistemas e controlos relativos à prevenção do BC/FT, assegurado, por exemplo, pela área de Compliance ou Auditoria Interna.

Análise dos Resultados do Estudo

9. Impacto da Legislação e Regulamentação

As Instituições Bancárias que responderam a este estudo consideraram que, em termos de prevenção do BC/FT, a actual legislação nacional e a regulamentação emanada por parte das Autoridades de Supervisão e Fiscalização teve um impacto elevado para o Sector.

Figura 36: Impacto dos requisitos regulamentares no Sector Bancário



Todas as Organizações que responderam a este estudo consideram que a respectiva Organização está a responder de forma satisfatória ou muito satisfatória aos desafios da Lei n.º 25/2008, de 5 de Junho.

Figura 37: Impacto da Legislação e Regulamentação



Quanto às acções de supervisão e fiscalização, ocorridos nos últimos dois anos, cerca de 55% dos participantes consideram-nas como satisfatórias ou muito satisfatórias. Existem, contudo, 20% das Organizações que consideram as acções realizadas por estas entidades como pouco satisfatórias.

A percentagem de satisfação por parte das Organizações participantes relativamente à regulamentação emitida pelas Autoridades de Supervisão e Fiscalização é de 85%. Ainda assim, existem 15% das Organizações que consideram o trabalho realizado por estas entidades ao nível da regulamentação sobre prevenção do BC/FT como pouco satisfatória.

Comentário KPMG

O sucesso da prevenção do BC/FT passa também pelo reforço da cooperação e articulação entre as entidades de supervisão e as próprias Organizações.

As Entidades de Supervisão, para além do trabalho de supervisão sobre o cumprimento da legislação, devem também ter um papel de apoio à implementação de boas práticas por parte das Organizações, nomeadamente através da elaboração de recomendações sobre a implementação dos regulamentos por si emanados.

Com a aprovação e publicação da Lei n.º 25/2008, de 5 de Junho, o quadro regulamentar em Portugal encontra-se mais estabilizado do que em 2008, quando da realização do estudo anterior. No entanto, está previsto que o Conselho Nacional de Supervisores Financeiros venha a enviar brevemente para consulta pública um anteprojecto de regulamento com vista à eventual revisão do enquadramento regulamentar em termos de prevenção do BC/FT, o que pode fazer com que exista a necessidade de efectuar alguns ajustamentos aos processos agora existentes.



Sector Segurador

Sumário Executivo

O presente estudo - Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo em Portugal (Sector Segurador) 2010 - tem por objectivo identificar a evolução existente no Sector desde 2008 nesta temática, nomeadamente após a entrada em vigor da Lei n.º 25/2008, de 5 de Junho, que transpôs para a ordenamento jurídico nacional a terceira directiva comunitária.

Esperamos que esta iniciativa conjunta da KPMG/UIF possa contribuir uma vez mais para o debate de ideias e para uma melhor percepção do estado actual do sistema de prevenção do BC/FT no Sector Segurador, assim como para a adopção das melhores práticas tendentes a uma maior eficácia na detecção e prevenção do BC/FT.



1. Gestão da Função

A prevenção do BC/FT foi considerado um tema de importância fundamental para 44% das Organizações do Sector Segurador que responderam a este estudo, contando por isso com uma participação activa por parte da gestão de topo. Este valor representa um decréscimo face ao anterior estudo, onde esta percentagem era de 56%.

Também na periodicidade com que a temática do BC/FT é debatida com a gestão de topo existiu um decréscimo face ao estudo realizado em 2008. Em 2010 apenas 33% dos inquiridos afirmaram fazê-lo com periodicidade mensal ou trimestral, quando em 2008 este valor era de 66%.

A função de Compliance é, para 67% dos participantes, a área responsável pelo tema da prevenção do BC/FT e a função de Auditoria Interna é a área com a qual existem maiores sinergias.

Quanto à senioridade dos colaboradores que constituem as áreas que têm responsabilidade pela prevenção do BC/FT, verificou-se que em 56% dos casos o número médio de anos de experiência dos colaboradores que compõem essas áreas encontra-se entre os dois e cinco anos.

2. Custos de Compliance

Manteve-se nos 33% as Organizações do Sector Segurador que referiram que os seus custos com a prevenção do BC/FT vão aumentar nos próximos dois anos.

Salienta-se ainda o facto de 11% das Organizações participantes terem referido prever que os seus custos com a prevenção do BC/FT fossem diminuir nos próximos dois anos.

As actividades que foram consideradas como aquelas que vão exigir um maior investimento por parte das Organizações estão relacionadas com a monitorização de operações e com formação.

A colocação da função de prevenção do BC/FT em outsourcing é uma hipótese que continua a não ser considerada pela maioria das Organizações do Sector Segurador, tendo 11% respondido que a função se encontra em outsourcing e em 75% das organizações esta possibilidade nunca foi sequer considerada.

3. Políticas, Processos e Procedimentos

As políticas, processos e procedimentos relativos à prevenção do BC/FT são, em 88% dos casos, definidos e implementados o mais consistentemente possível a nível nacional/local.

Verificou-se também que a divulgação dessas mesmas políticas, processos e procedimentos é efectuada, em 67% dos casos, para todos os colaboradores da Organização, sendo nos restantes casos divulgada apenas aos colaboradores da área responsável pelo BC/FT e/ou a colaboradores com responsabilidade nesta matéria.

4. Avaliação Baseada no Risco da Actividade KYC

Existiu uma menor percentagem de Organizações que referiu possuir uma abordagem baseada no risco na avaliação das suas contrapartes. Em 2008 esse valor foi de 89% e no presente estudo essa percentagem desceu para os 45%. Contudo, existiram 22% das Organizações que escolheram a opção “Não sabe/Não responde” na resposta a esta questão.

As variáveis consideradas como principais na avaliação do risco de contraparte no estudo de 2008, foram essencialmente o tipo de contraparte, o país de origem/residência da contraparte e o volume/valor da transacção. No presente estudo, para além destas variáveis, as Organizações do Sector consideraram que outras variáveis deveriam ter um grau de importância mais elevado na avaliação do risco, nomeadamente:

- o Tipo de operação; e
- o País de origem ou destino da operação.

Quanto à existência de programas de actualização retrospectiva de dados KYC, existiu um acréscimo significativo da percentagem entre os dois estudos, sendo essa percentagem agora de 56% versus 33% em 2008.

De referir ainda que apenas 67% das Organizações afirmaram que confrontam as suas bases de dados de contrapartes com a lista de Terroristas. Sendo que destes, 50% fazem-no mensalmente e 17% fazem-no semanalmente.

5. Pessoas Politicamente Expostas (PEP)

Existiu um acréscimo significativo na percentagem de Organizações que referem dispor de procedimentos específicos para a identificação de PEP. No estudo realizado em 2008 esta percentagem era apenas de 22% e em 2010 a referida percentagem passou para 56%.

As principais metodologias adoptadas pelas Seguradoras que têm procedimentos específicos para a identificação de PEP são o cruzamento de listas (60%) e declaração de própria pessoa (40%).

As listas comerciais são utilizadas por 60% dos inquiridos. De salientar que os restantes 40% dos inquiridos afirmaram não utilizar nenhum tipo de listas na identificação de PEP.

Quando à periodicidade de actualização das listas, 33% referem fazê-lo mensalmente e 33% dizem que o fazem apenas anualmente.

6. Monitorização de Operações/Transacções

De acordo com a opinião manifestada pela maioria dos inquiridos existiu uma estabilização do número de operações suspeitas reportadas. Apenas 22% dos inquiridos considera ter existido um aumento de informações ou operações reportadas.

Desta forma, também se percebe que 89% dos inquiridos tenham considerado não ter existido um aumento do número de recursos envolvidos na monitorização de operações nos últimos dois anos.

Apenas 44% das Seguradoras que responderam a este estudo afirmam possuir evidências que suportem as decisões de recusa de operações relacionadas com BC/FT.

7. Monitorização dos Sistemas e Controlos

Continua a existir uma percentagem relativamente baixa de Organizações, cerca de 44%, que afirmaram possuir um programa de monitorização e verificação de eficiência dos sistemas e controlos relativos à prevenção do BC/FT, encontrando-se em todas elas estes procedimentos documentados.

No entanto, existem ainda 33% das Organizações que, apesar de terem implementado o programa atrás referido, não realizam testes à eficácia dos controlos. A área com papel mais preponderante relativamente à monitorização e verificação da eficiência dos sistemas e controlos é, para a totalidade dos inquiridos que possuem o referido programa, a função de Auditoria Interna.

8. Formação

Nos últimos dois anos existiu um decréscimo relativo à realização regular de acções de formação nas Organizações participantes neste estudo, passando de 78% em 2008 para 56% em 2010.

A formação presencial é o método mais utilizado e, simultaneamente, considerado o mais eficaz, para 80% dos inquiridos que promovem regularmente formação.

A percentagem de Organizações com pelo menos um colaborador com certificações na área permanece praticamente inalterada, sendo actualmente de 33%.

Em 40% dos casos é referido que a periodicidade média de actualização das acções de formação acontece apenas uma vez por ano e 20% fazem esta actualização em cada dois a três anos.

Por último, refere-se que a totalidade dos inquiridos consideram útil que as autoridades com competências nesta matéria estejam envolvidas nas acções de formação.

9. Impacto da Legislação e Regulamentação

Cerca de 88% das Organizações do Sector consideraram estar a responder aos desafios da Lei n.º 25/2008, de 5 de Junho, de forma "Satisfatória" ou "Muito Satisfatória".

Quanto às acções de supervisão e fiscalização ocorridas nos últimos dois anos, 67% consideram como "Satisfatória" ou "Muito Satisfatória". Existem ainda 11% dos inquiridos que consideraram estas acções como pouco satisfatórias.

Conclusão

Considerando as respostas dos participantes às diversas questões incluídas neste estudo, verifica-se que existiu, nas Organizações do Sector Segurador, uma relativa estagnação entre 2008 e 2010 em matéria de Prevenção de BC/FT. Na maioria dos tópicos abordados neste estudo os indicadores mantiveram-se sem alteração ou com alterações muito ligeiras, tendo mesmo existido nalguns casos um decréscimo desses mesmos indicadores. Algumas dessas excepções, foram:

- A existência de programas de actualização retrospectiva de dados Know Your Counterpart (KYC) numa maior percentagem de Organizações do Sector, tendo existido um acréscimo de 23% relativamente a 2008; e
- A existência de procedimentos específicos para a identificação de Pessoas Politicamente Expostas (PEP) também para uma maior percentagem de Seguradoras. No entanto, mesmo existindo estes procedimentos, continuam a não ser utilizados, por 40% dessas Organizações, nenhum tipo de listas na identificação de PEP.

Desta forma, continua a ser relevante que as Organizações do Sector continuem a colocar (ou voltem a colocar) o tema da Prevenção do BC/FT na sua agenda, tomando as medidas necessárias para responder aos crescentes desafios que se colocam nesta matéria, assim como para se alinharem com as boas práticas e standards internacionais. Considerando os diversos temas que devem ser endereçados pelas Organizações do Sector nesta matéria, destacam-se:

- Envolvimento da gestão de topo – O envolvimento permanente da gestão de topo é um factor determinante para que sejam implementados as políticas, processos e procedimentos necessários para responder às exigências do tema e para que toda a Organização interiorize a importância do tema da Prevenção do BC/FT;
- Optimização do processo de Prevenção do BC/FT – Considerando a pressão actualmente existente ao nível da redução de custos devido aos efeitos da crise económica, torna-se necessário que as Organizações do Sector reavaliem os seus processos relacionados com a prevenção do BC/FT com o intuito de os otimizar, garantido por esta via uma maior eficiência dos recursos disponíveis;
- Abordagem baseada no risco – Torna-se necessário que esta abordagem seja cada vez mais considerada transversalmente a toda a temática da prevenção do BC/FT (processos, procedimentos, operações e monitorização de sistemas e controlos);
- Monitorização de sistemas e controlos – É necessário que exista uma maior percentagem de Organizações que implemente um programa de monitorização e eficiência dos sistemas e controlos relativos à prevenção do BC/FT;
- Por fim, considerando a forte componente humana em algumas das actividades relacionadas com a prevenção do BC/FT (detecção de transacções suspeitas, investigação de operações, revisão de excepções,...) continua a ser fundamental que exista uma aposta na formação contínua dos colaboradores e a consciencialização/sensibilização de toda a Organização para este tema.

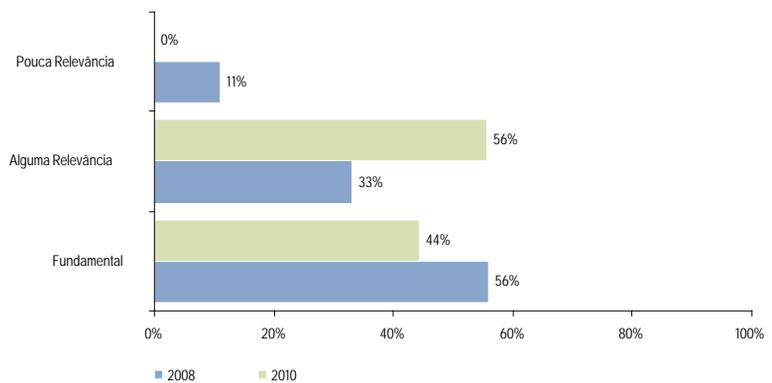


Análise dos Resultados do Estudo

1. Gestão da Função

Entre o estudo realizado em 2008 e o estudo agora apresentado existiu um decréscimo da percentagem de Organizações no Sector Segurador que considera que o tema da prevenção do BC/FT tem uma importância fundamental para a sua gestão de topo. A referida percentagem passou de 56% em 2008 para 44% em 2010, não tendo contudo existido, no presente estudo, nenhuma Organização a referir que esta temática tem pouca relevância para a Organização.

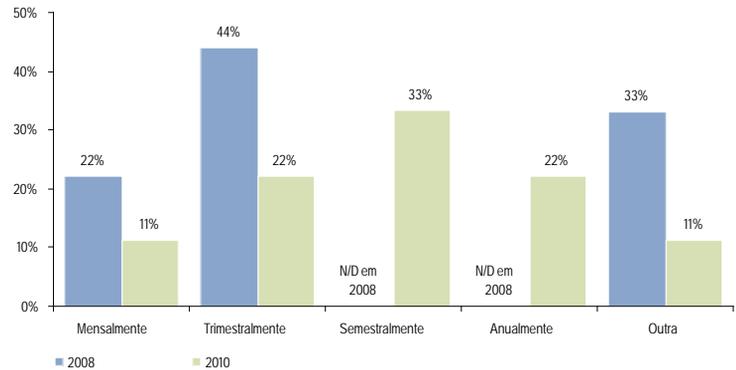
Figura 1: Importância da prevenção do BC/FT para a gestão de topo



Verifica-se, também, ao analisarmos o gráfico da Figura 2, um decréscimo significativo da percentagem de Organizações que se reúne mensal ou trimestralmente com a gestão de topo para abordar a temática da prevenção e deteção do BC/FT, dado que aproximadamente 33% dos inquiridos neste estudo referiram fazê-lo mensal ou trimestralmente, enquanto que em 2008 esta percentagem era de 66%.

Mesmo considerando os 11% dos inquiridos que responderam, na categoria "Outra", que se reuniam com a gestão de topo para debater esta temática quadrimestralmente, continua a verificar-se um decréscimo em relação aos resultados de 2008.

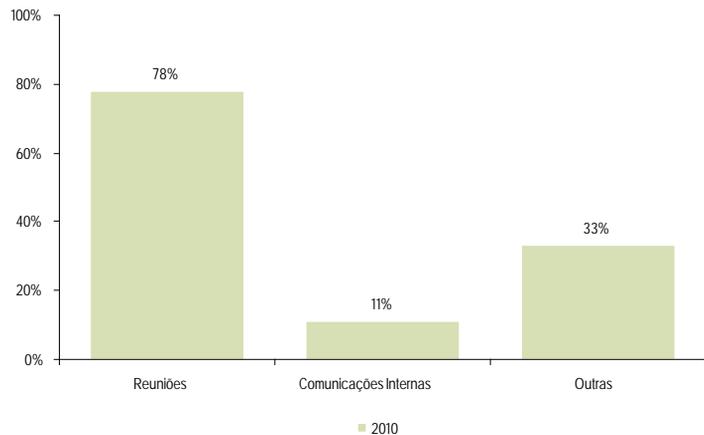
Figura 2: Periodicidade de debate da temática da prevenção do BC/FT com a gestão de topo



Quanto à forma de abordagem com a gestão de topo dos temas relacionados com a prevenção do BC/FT, 78% dos inquiridos referiram ser efectuada através de reuniões e 11% referiram poder também utilizar as comunicações internas como forma de abordagem desta temática com a gestão de topo. Na opção “Outras” foram referidos também o Comité de Gestão de Risco e outros Relatórios como exemplos de outras formas de abordagem utilizados.

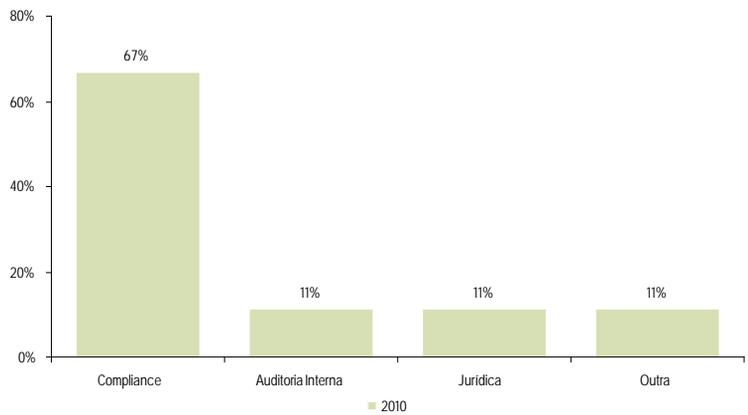
Em 67% dos casos é referido existir suporte documental onde estão evidenciados os temas debatidos com a gestão de topo.

Figura 3: Formas de abordagem dos temas da prevenção do BC/FT com a gestão de topo



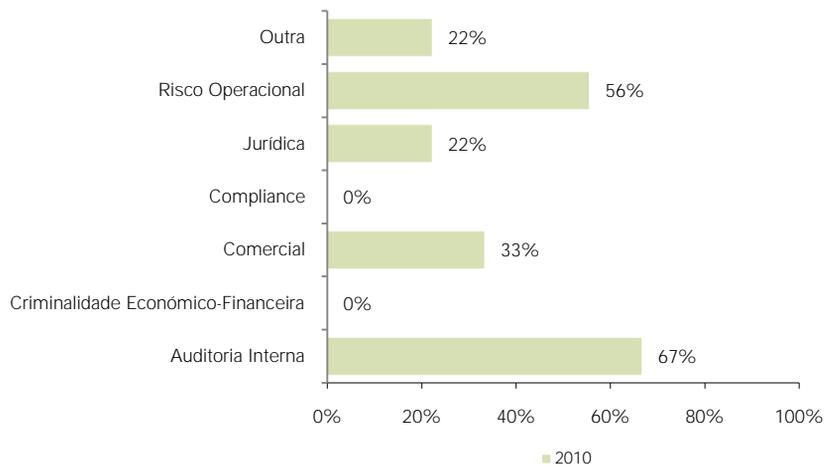
Como se pode verificar na Figura 4, para a maioria das Organizações que responderam a este inquérito, o tema da prevenção de BC/FT encontra-se sob a responsabilidade da área de Compliance (67%). Existem ainda Organizações que referem que é a Auditoria Interna (11%) ou a área Jurídica (11%) que têm a principal responsabilidade sobre o tema da prevenção de BC/FT.

Figura 4: Área responsável pela prevenção do BC/FT



Verificou-se que as áreas com as quais existe uma maior sinergia no tratamento de temas relacionados com a prevenção do BC/FT são a Auditoria Interna (67%) e a área de Risco Operacional (56%).

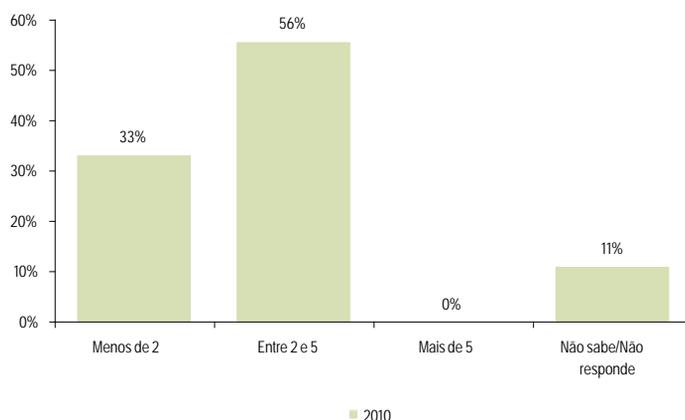
Figura 5: Áreas com as quais existem as maiores sinergias na prevenção do BC/FT



Verificou-se também que não existiram alterações entre o estudo realizado em 2008 e o presente estudo quanto ao número de colaboradores que integram as áreas responsáveis pelo tema da prevenção do BC/FT. A totalidade das Organizações continua a ter menos de cinco colaboradores afectos a estas áreas.

Quanto à senioridade das equipas que constituem as áreas responsáveis pela prevenção do BC/FT verificou-se que em 56% dos casos o número médio de anos de experiência destas equipas é superior a dois anos e inferior a cinco anos. Nenhuma das Organizações referiu ter colaboradores nesta área com mais de cinco anos de experiência.

Figura 6: Número médio de anos de experiência dos colaboradores da área responsável pela prevenção do BC/FT



Comentário KPMG

Verifica-se, pela análise dos resultados deste estudo, que o tema do BC/FT foi considerado, por uma menor percentagem de Organizações, como sendo de importância fundamental para a gestão de topo. Este facto não se fica a dever à inclusão de novas Organizações no Estudo, dado que 78% das Organizações participantes haviam já respondido ao estudo realizado em 2008, o que não deve deixar de constituir um sinal de alerta. É necessário que o tema da prevenção do BC/FT não perca relevância na Organização e que se materialize na implementação de medidas que visem responder aos diversos requisitos regulamentares, e promovam a implementação de boas práticas nesta matéria.

Os resultados deste estudo permitem-nos concluir que o número médio de recursos afectos às áreas responsáveis pela prevenção do BC/FT continua inalterado. As Organizações do Sector Segurador continuam a ter áreas responsáveis pela prevenção do BC/FT com reduzida dimensão (inferior a cinco colaboradores), o que não significa que não seja este o valor adequado às suas necessidades. Independentemente da dimensão destas áreas é necessário que exista uma cada vez maior preocupação quanto à eficiência dos processos e recursos afectos à prevenção do BC/FT.

A existência de equipas com um nível de senioridade mais elevado nas áreas que têm como responsabilidade tratar dos temas relacionados com a prevenção do BC/FT, constitui um factor relevante para que os objectivos das Organizações em termos de prevenção do BC/FT sejam atingidos, considerando quer a especificidade do tema, quer os meios utilizados cada vez mais sofisticados.

A gestão de topo deve ter presente a sua responsabilidade de consciencializar e sensibilizar toda a Organização para o tema da prevenção do BC/FT, assim como de dotar a Organização dos meios necessários para fazer face às diversas exigências nesta matéria. Desta forma, estará a contribuir para a implementação de uma cultura de prevenção do BC/FT na Organização.

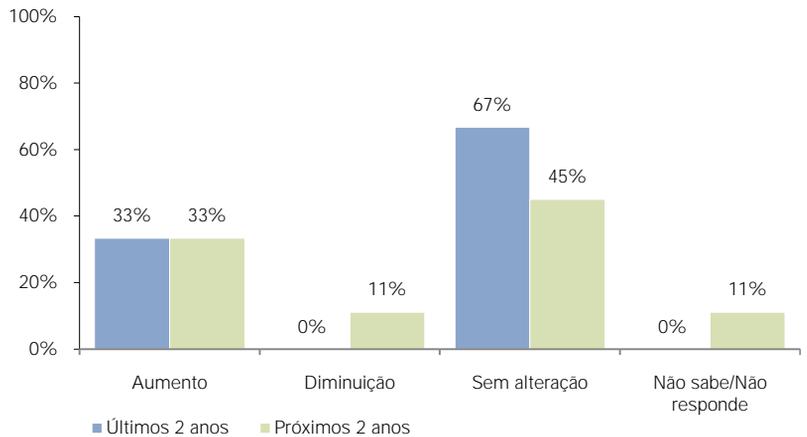
É necessário, também, que assegure a definição e implementação efectiva de políticas e procedimentos e que tenha uma visão adequada dos riscos a que a Organização está exposta em termos de prevenção do BC/FT.

Análise dos Resultados do Estudo

2. Custos de Compliance

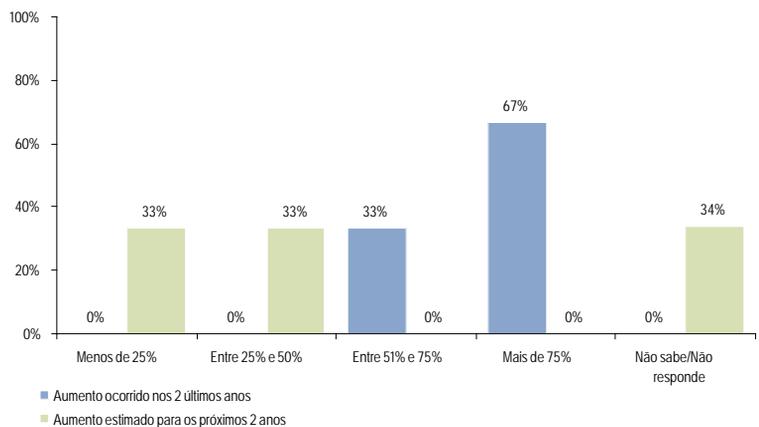
Manteve-se inalterada a percentagem de Organizações (33%) que considera que os seus custos com a prevenção do BC/FT vão aumentar num horizonte temporal de dois anos. Contudo, 11% dos inquiridos referiram prever uma redução dos seus custos com a prevenção do BC/FT nos próximos dois anos.

Figura 7: Variação dos custos com a prevenção do BC/FT



Das Organizações que prevêem um aumento, nos próximos dois anos, dos custos associados à prevenção do BC/FT verifica-se que, em 33% dos casos, esse aumento será inferior a 25% e que igual percentagem estima que esses custos aumentem entre 25% e 50%.

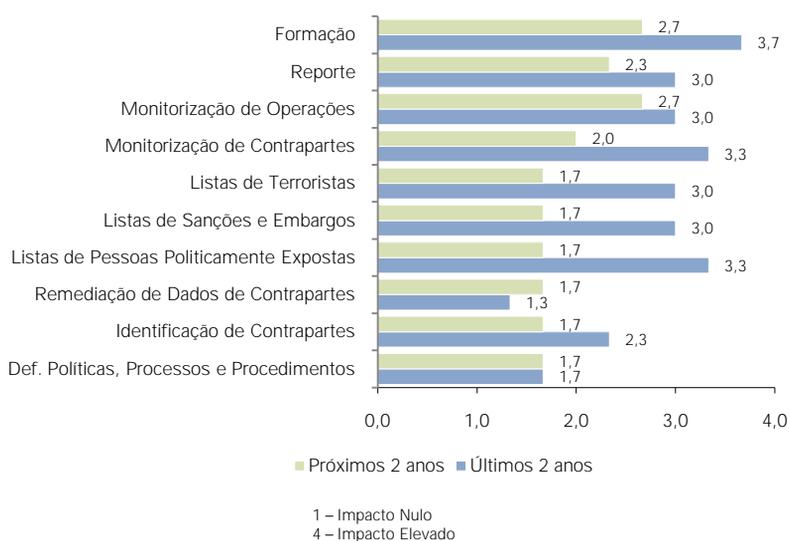
Figura 8: Aumento de custos ocorrido e estimado com a prevenção do BC/FT



Continuando a considerar apenas as Organizações que referiram existir um aumento previsto de custos associados à prevenção do BC/FT, verifica-se, através da análise da Figura 9, que nos últimos dois anos a maior parcela do investimento foi canalizada para as actividades de Formação, Monitorização de Contrapartes e de Operações, Reporte, Listas de Terroristas, Listas de Sanções e Embargos e utilização de Listas de Pessoas Politicamente Expostas (PEP).

Nos próximos dois anos estas Organizações prevêem que o maior impacto ao nível dos custos esteja relacionado com a monitorização de operações, Reporte e com a Formação, que continua a ser uma das actividades com maior impacto a nível de custos em termos da prevenção de BC/FT no Sector Segurador.

Figura 9: Impacto nos custos de prevenção do BC/FT

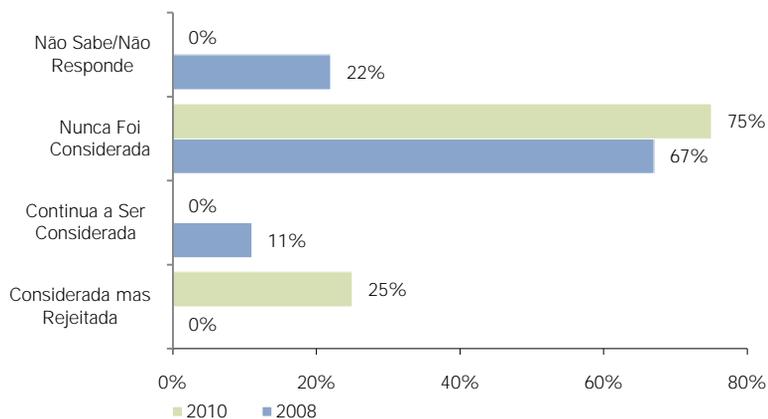


Quanto às Organizações que prevêem um decréscimo, nos próximos dois anos, dos custos associados à prevenção do BC/FT, verifica-se que a totalidade destes inquiridos considera que esse decréscimo percentual se situará entre os 25% e os 50%.

Apenas 11% das Organizações que responderam a este inquérito referiram ter a função responsável pela prevenção do BC/FT em Outsourcing. Salienta-se contudo que, nestes casos, a função se encontra externalizada mas dentro do grupo económico em que estas Organizações se inserem.

Pela análise da Figura 10 verifica-se que em 75% das Organizações que não possuem actividades relacionadas com BC/FT em Outsourcing esta possibilidade nunca foi sequer considerada e que 25% consideraram a hipótese mas esta foi rejeitada.

Figura 10: Prevenção do BC/FT em outsourcing



Comentário KPMG

Mesmo considerando o investimento que terá sido efectuado pelo Sector Segurador nos últimos cinco anos, no âmbito da prevenção do BC/FT, desde a publicação da Terceira Directiva Comunitária, continuam a existir 33% dos inquiridos que consideram ser ainda necessário um aumento do investimento ao nível da prevenção do BC/FT, pelo menos nos próximos dois anos. Existem também 11% dos inquiridos que prevêem que os custos se venham a reduzir.

A maior parte do investimento previsto para os próximos dois anos continua a ser direccionada para a formação e também para a monitorização de operações. Esta última medida exige a implementação/desenvolvimento de aplicações informáticas, bem como um conjunto de recursos afectos que monitorizem a informação processada pelo sistema.

Torna-se, no entanto, necessário que cada uma das Instituições analise se o investimento que tem vindo a ser efectuado é suficiente e, mais importante, se permite endereçar os principais objectivos da Organização nesta matéria, assim como responder aos requisitos regulamentares que se encontram definidos.

Considerando que existe actualmente uma pressão adicional a nível de custos devido aos efeitos da crise económica, um dos grandes desafios que se coloca agora às Organizações do Sector é a redução de custos, por via da optimização de processos associados às actividades relacionadas com a prevenção do BC/FT.

Torna-se, assim, necessário que as Organizações despendam algum tempo a analisar os seus processos e a introduzir as alterações necessárias para que se tornem mais eficientes, garantido que continuam a cumprir os objectivos propostos.

Por fim, salienta-se o facto de as Organizações continuarem a considerar a prevenção do BC/FT um tema crítico e com elevados riscos associados, pelo que preferem assumir as funções que lhe estão associadas ao invés de as colocarem em outsourcing.

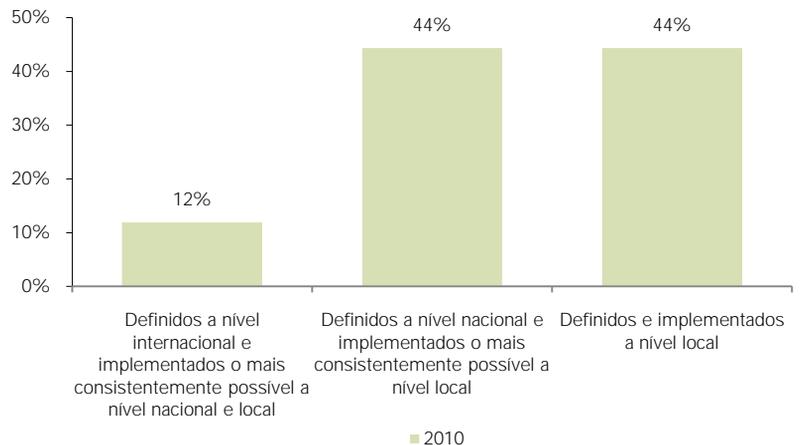
Análise dos Resultados do Estudo

3. Políticas, Processos e Procedimentos

Quanto à opção tomada pelas Instituições participantes neste estudo, no que concerne à documentação e aplicação de políticas e procedimentos relativos à prevenção do BC/FT de uma forma consistente nos diversos mercados em que operam, verificou-se que em 44% dos casos as suas políticas, processos e procedimentos são definidos a nível nacional e implementados o mais consistentemente possível a nível local.

Mesmo considerando que, pelo menos, 55% das Organizações que responderam a este inquérito estão presentes em pelo menos dois países, apenas 12% possuem políticas, processos e procedimentos definidos a nível internacional e implementados de forma consistente a nível nacional/local.

Figura 11: Definição das políticas, processos e procedimentos da Organização no âmbito da prevenção de BC/FT



Quanto à forma como estas políticas, processos e procedimentos estão documentadas, a totalidade dos inquiridos referiram que o fazem através de Regulamento Interno.

A divulgação na Organização dessas políticas, processos e procedimentos é efectuada em 67% dos casos por todos os colaboradores da Organização. Nos restantes casos, a divulgação é efectuada apenas à área responsável pela prevenção de BC/FT e/ou aos colaboradores com responsabilidade nesta matéria.

Quando foi perguntado quais os meios preferenciais para divulgação das políticas, processos e procedimentos na Organização, a intranet (56%) e a formação (56%) foram os meios mais referidos.

Figura 12: Divulgação de políticas, processos e procedimentos relativos à prevenção de BC/FT

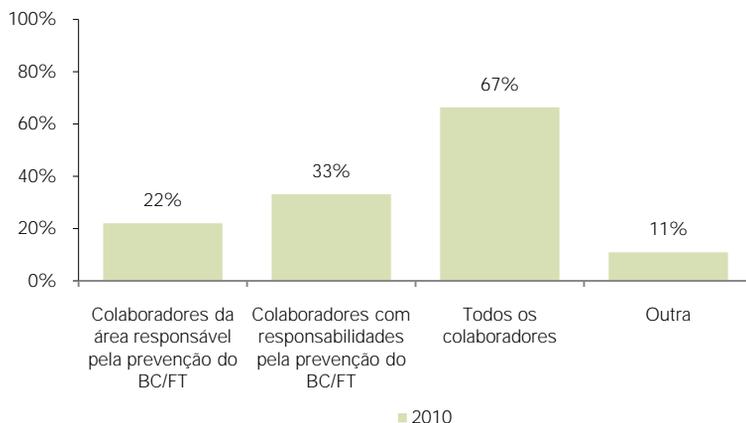
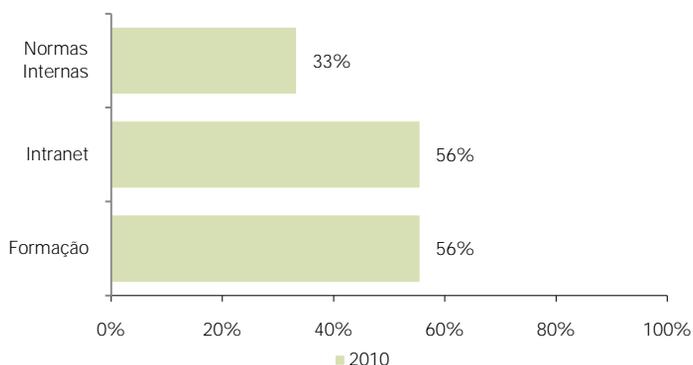


Figura 13: Quais os meios preferenciais utilizados para a divulgação das políticas, processos e procedimentos relativos à prevenção de BC/FT?



Comentário KPMG

O desafio que continua a colocar-se às Organizações do Sector Segurador nesta matéria, é conseguir adequar a implementação de políticas, processos e procedimentos de forma consistente em cada geografia/região, conseguindo conciliar o atingir dos objectivos propostos em termos de prevenção de BC/FT com a menor complexidade possível ao nível desses mesmos procedimentos.

O facto de operarem em diversos mercados com características específicas, e em diferentes estágios de evolução ao nível da temática da prevenção do BC/FT, exige um cuidado adicional na forma como são aplicadas as políticas, processos e procedimentos definidos.

Deve, assim, ser garantido que existe uma política global que garanta o cumprimento dos objectivos definidos, assim como os requisitos legais aplicáveis, sem com isso introduzir uma ainda maior complexidade na sua implementação. Deve, contudo, ser flexível de forma a poder ser aplicada a diferentes realidades.

A abordagem adoptada deve estar devidamente documentada e suportada, para que possa responder às exigências das entidades reguladoras e, em simultâneo, garantir o alinhamento com as boas práticas internacionais.

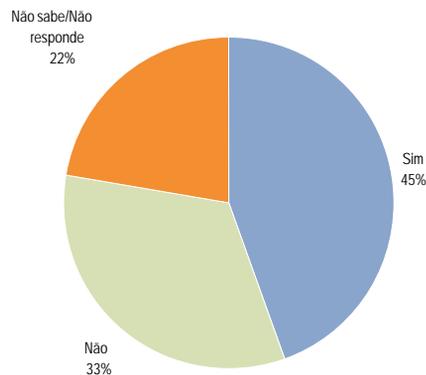
Considerando a crescente complexidade das operações, das relações de negócio e canais de distribuição, continua a assumir primordial importância a actualização atempada das políticas e os procedimentos associados à prevenção do BC/FT.

Análise dos Resultados do Estudo

4. Avaliação Baseada no Risco da Actividade Know Your Counterpart (KYC)

Entre os resultados do estudo realizado em 2008 e o presente estudo verificou-se um decréscimo da percentagem de Organizações do Sector Segurador que referem utilizar uma abordagem baseada no risco para a avaliação das contrapartes. Em 2008 esta percentagem era de 89%, sendo em 2010 de 45%. Existiu, contudo, uma percentagem significativa (22%) de Organizações que responderam “Não sabe/Não responde”.

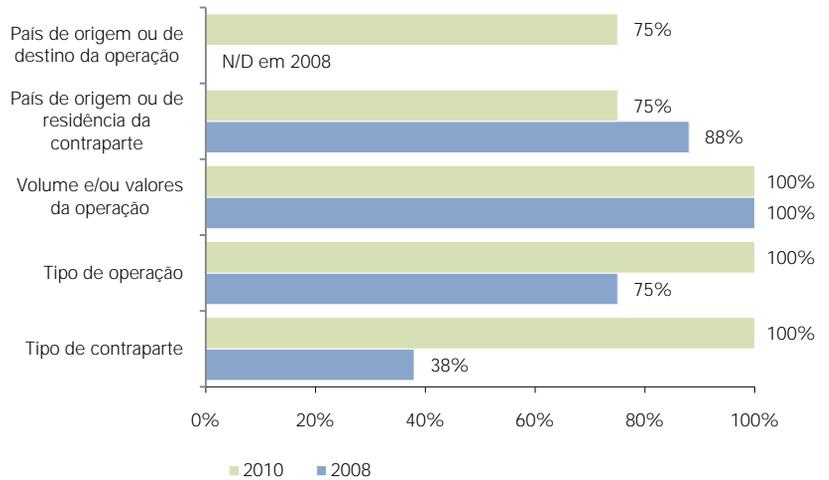
Figura 14: Procedimentos de obtenção de informação depende do risco das contrapartes?



Ao analisarmos a Figura 15, podemos constatar a existência de alterações na combinação de variáveis utilizadas no Sector Segurador na avaliação do risco de contraparte.

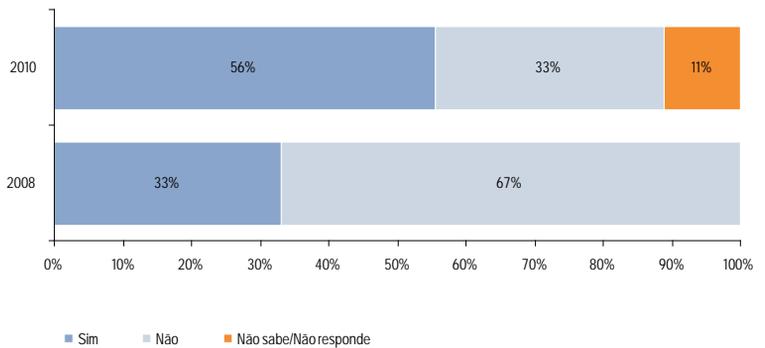
Em 2008, o volume e/ou valor da operação, o país de origem/residência da contraparte e o tipo de contraparte eram os factores que se destacavam na avaliação do risco efectuada. Em 2010, verificou-se que as Organizações do Sector que possuem uma abordagem de risco na avaliação das contrapartes, passaram a considerar um conjunto mais vasto de variáveis em simultâneo na sua análise, atribuindo-lhes sensivelmente o mesmo grau de importância. Para além das variáveis referidas em 2008, acrescem também agora o tipo de contraparte e o país de origem ou destino da operação.

Figura 15: Variáveis ponderadas na avaliação de risco das contrapartes



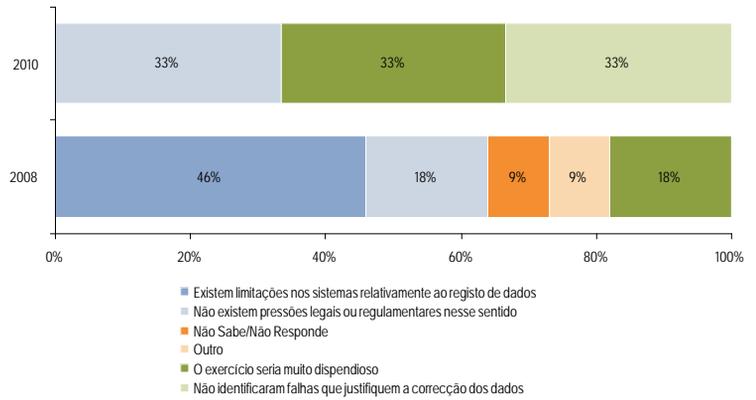
Existiu um acréscimo significativo da percentagem de Organizações que teve, ou ainda tem em curso, um processo de actualização de dados de contrapartes. Em 2008 esta percentagem era de 33% e agora é de 56%. Estes programas de actualização retrospectiva tiveram que ser implementados relativamente a contrapartes cuja relação comercial se estabeleceu anteriormente à obrigatoriedade de recolha de dados KYC e por forma a minimizar os impactos que pudessem daí resultar.

Figura 16: Existência de algum projecto de actualização de dados de contrapartes



Como pode verificar-se pela análise da Figura 17, as Organizações que não desenvolveram, nem estão a desenvolver, programas de actualização de dados apresentaram como razões para a sua não implementação o facto de ser um exercício dispendioso, de não terem identificado falhas suficientes que justificassem o investimento e, ainda, por considerarem não existirem pressões regulamentares nesse sentido.

Figura 17: Razões para a inexistência de um projecto de actualização de dados de contrapartes



No casos em que as Organizações têm um programa de correcção de dados em curso, a abordagem adoptada passou a consistir essencialmente na obtenção de informação para as contrapartes com risco mais elevado (60%) e também na obtenção da informação sempre que se inicia uma nova relação de negócio (40%).

Figura 18: Método utilizado no processo de actualização de Dados KYC

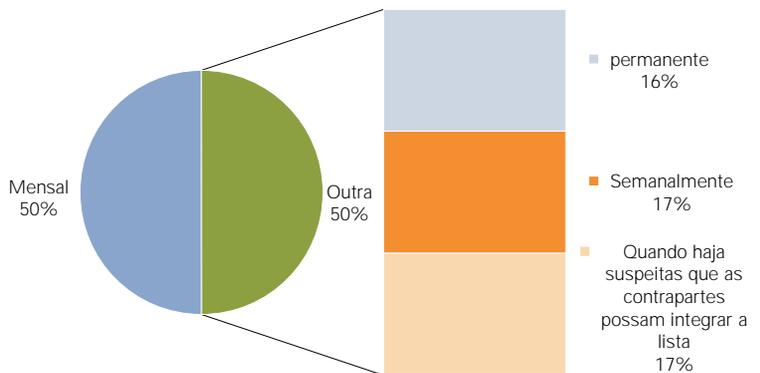


Quanto à dificuldade de obtenção ou partilha de informação sobre as contrapartes, apenas 11% das Organizações consideraram que existem determinados países/regiões em cuja obtenção desta informação é mais complexa. Na resposta a esta questão existiu uma elevada percentagem de Organizações que assinalaram a opção "Não sabe/Não responde", o que condiciona as possíveis conclusões a retirar sobre este tema.

Quando inquiridas as Organizações que participaram no estudo sobre se confrontavam as suas Bases de Dados de Contrapartes com a lista de terroristas, apenas 67% responderam afirmativamente.

Quanto à periodicidade com que esta actividade é executada, 50% responderam que o faziam mensalmente. No entanto, dentro da opção “Outra” estão enquadradas cerca de 17% de Organizações que referiram efectuar esta actividade de forma permanente e outros 17% que referiram semanalmente.

Figura 19: Periodicidade de confronto das bases de dados de contrapartes com listas de terroristas



Comentário KPMG

Considerando que 78% das organizações participantes responderam também ao estudo realizado em 2008, é de difícil interpretação o facto de ter existido um decréscimo de 89% para 45% das organizações que consideram possuir uma abordagem baseada no risco na avaliação das suas contrapartes. Uma parte pode eventualmente ser explicada pelos 22% de Organizações que optaram por não responder, o que não aconteceu em 2008.

Destaca-se, contudo, o conjunto mais alargado de variáveis consideradas pela generalidade das Organizações na referida avaliação do risco, nomeadamente:

- País de origem ou residência da contraparte;
- Tipo de contraparte;
- Volume e/ou valores das operações;
- Tipo de operação; e
- País de origem ou destino da operação.

A adopção de uma abordagem de risco relativamente às contrapartes permite à Organização endereçar de forma mais focalizada as medidas adequadas em função do perfil de risco das mesmas, pelo que é necessário que as Organizações do Sector mantenham/implementem procedimentos efectivos de aceitação do cliente, recolhendo toda a informação necessária logo no início da relação de negócio, de forma a poderem aferir qual o perfil de risco dessa mesma contraparte e, também, que consigam monitorizar as alterações de perfil de risco da contraparte ao longo da sua relação com a Organização.

A abordagem baseada no risco deve ser transversal ao tema da prevenção do BC/FT, e não se focar apenas ao nível da análise de contrapartes. Nesta perspectiva, as políticas, processos, procedimentos, operações e jurisdições devem também ser abrangidas por uma abordagem baseada no risco.

Análise dos Resultados do Estudo

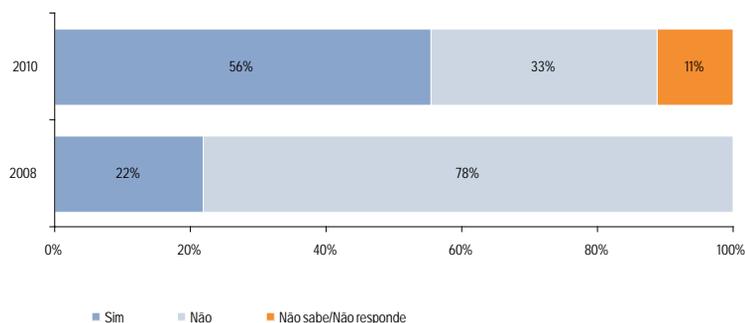
5. Pessoas Politicamente Expostas (PEP)

A legislação actual, resultante da transposição da Terceira Directiva Comunitária (Lei n.º 25/2008, de 5 de Junho), obriga a que as Organizações abrangidas pela mesma tenham definidos e implementados procedimentos específicos na identificação e acompanhamento das Pessoas Politicamente Expostas (PEP).

Este tipo de contraparte, tal como se encontra definido, é constituído por pessoas singulares que desempenham, ou desempenharam até há um ano, altos cargos de natureza política ou pública, bem como os membros próximos da sua família e pessoas que reconhecidamente tenham com elas estreitas relações de natureza societária ou comercial.

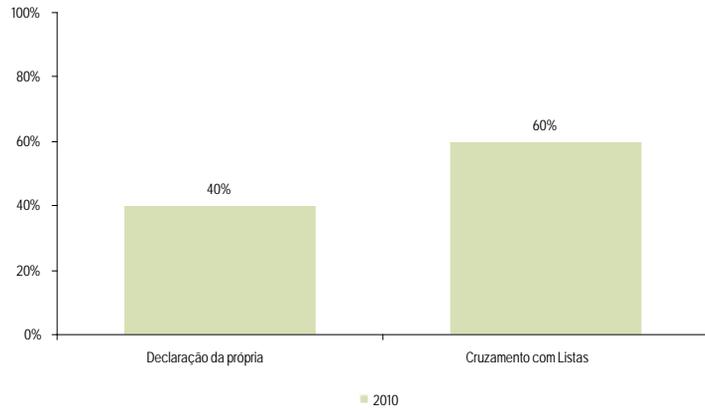
É de salientar a evolução significativa que se verificou face ao estudo anterior, dado que existiu um acréscimo de 34% das Organizações que referem possuir agora políticas, processos e procedimentos específicos para identificar e monitorizar as PEP. Em 2008 esta percentagem era de 22% e em agora 2010 é de 56%.

Figura 20: Existência de políticas, processos e procedimentos específicos que permitam identificar e monitorizar Pessoas Politicamente Expostas (PEP)



Quando se questionaram as Organizações participantes sobre qual a principal metodologia adoptada na identificação de uma PEP, verificou-se que 60% utilizam o cruzamento de listas, e que 40% utilizam principalmente uma declaração da própria pessoa.

Figura 21: Principais metodologias adoptadas na identificação de uma PEP



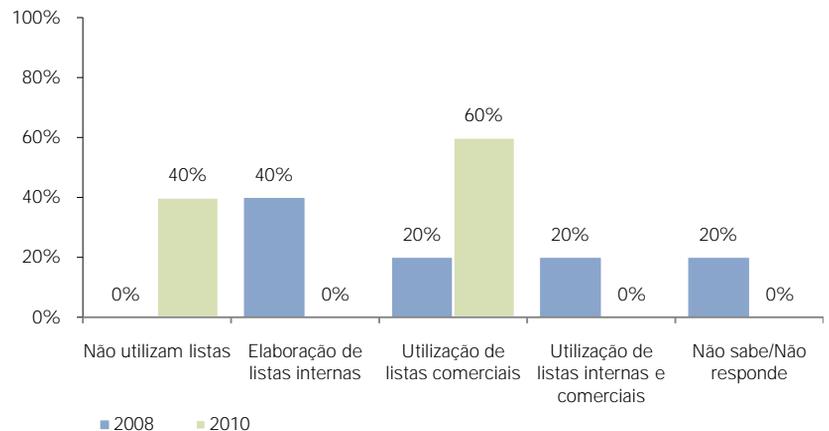
Existiu uma alteração significativa, entre 2008 e 2010, quanto ao formato adoptado na utilização de Listas de Identificação de uma PEP.

Das Organizações do Sector Segurador que dispõem de procedimentos específicos para a identificação das PEP, verificou-se que passaram a utilizar maioritariamente listas comerciais (60%), deixando de existir o recurso a listas internas ou mistas.

Destaca-se, também, o facto de ainda 22% das Organizações não utilizarem listas para a identificação de uma PEP, quando em 2008 nenhuma Organização o tinha referido.

Quanto à periodicidade de actualização das listas de identificação de uma PEP, 33% das Organizações dizem que o fazem mensalmente, e também 33% dizem que o fazem apenas anualmente. Também nesta questão a percentagem de inquiridos que optaram por não responder foi elevada, na ordem dos 33%.

Figura 22: Formato adoptado na utilização de listas de identificação de uma PEP



Comentário KPMG

Nesta matéria existiu uma evolução significativa nos últimos dois anos, dado que em 2010 mais 34% das Organizações referiram possuir políticas, processos e procedimentos específicos para identificar Pessoas Politicamente Expostas, sendo agora esta percentagem de 56%.

Verificou-se uma alteração no formato das listas utilizado pelas Organizações do Sector, dado que neste estudo apenas foi referida a utilização de listas comerciais, tendo mesmo existido uma percentagem muito elevada de Organizações que não utilizam nenhum tipo de listas.

Para que a informação seja o mais fiável possível, é necessário que se reúna informação de diversas fontes e se centralize numa lista única. Mesmo ao utilizar-se apenas listas comerciais é recomendável que se utilizem listas de diversos fornecedores.

Quanto à actualização das listas verificou-se que poderia ter uma periodicidade mais reduzida, dado que apenas 33% dizem que o fazem mensalmente. Outros 33% referem fazê-lo apenas anualmente.

A qualidade da informação recolhida no início da relação com o cliente, assim como atempada actualização da informação relativa às listas utilizadas, são factores decisivos na correcta identificação das PEP.

Análise dos Resultados do Estudo

6. Monitorização de Operações/ Transacções

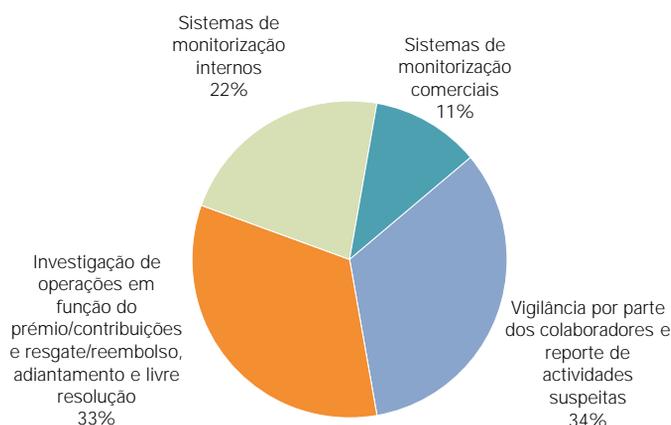
As Organizações do Sector Segurador a operar no mercado nacional desenvolveram os seus sistemas de monitorização de transacções para identificar transacções suspeitas utilizando um conjunto diferenciado de metodologias para o efeito.

Os métodos mais utilizados na monitorização de transacções no Sector Segurador são a vigilância por parte dos colaboradores e reporte de actividades suspeitas (34%) e investigação de operações em função do prémio/contribuições e resgate/reembolso, adiantamento e livre resolução (33%).

Em 2008 a vigilância efectuada por colaboradores e a investigação de determinados tipos de transacções também já tinham sido os métodos mais utilizados na monitorização de transacções, apesar de estes dados não poderem ser directamente comparados, dado que em 2008 os inquiridos podiam seleccionar mais do que um método utilizado e em 2010 os inquiridos apenas puderam seleccionar o método que mais se applicava à sua situação em concreto.

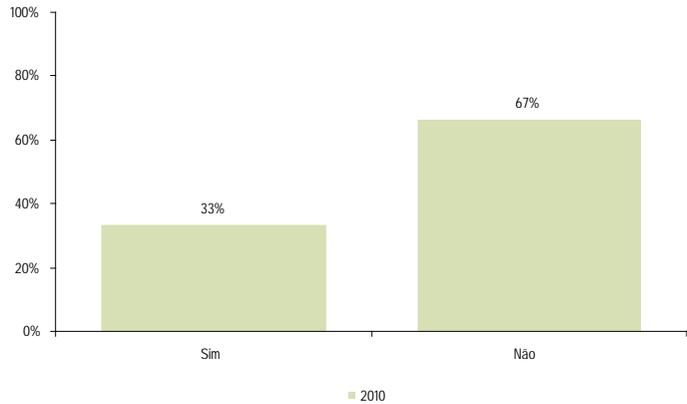
A totalidade dos inquiridos considerou o sistema de monitorização de transacções por si utilizado como satisfatório (67%) ou muito satisfatório (33%).

Figura 23: Principal método de monitorização das transacções



Em 67% das Organizações do Sector foi referido que não existe capacidade para monitorizar transacções envolvendo mais do que um país ou jurisdição.

Figura 24: A Organização tem capacidade para monitorizar mais do um país ou jurisdição?



O estudo revela que 56% dos inquiridos referem não ter existido nos últimos dois anos um aumento do número de informações ou operações suspeitas reportadas. Apenas 22% dos inquiridos, a mesma percentagem do estudo de 2008, afirmaram ter existido um incremento no número de operações suspeitas reportadas, tendo sido identificadas como principais razões deste aumento a melhoria da monitorização de contrapartes, melhores políticas, processos e procedimentos e melhoria a nível da formação.

Quando foi solicitada a indicação do tipo de operações suspeitas mais detectadas nos últimos dois anos, foram referidos essencialmente os resgates antecipados, prémios/entregas em numerário e alterações de beneficiário.

Figura 25: Impacto no número de informações ou operações suspeitas reportadas

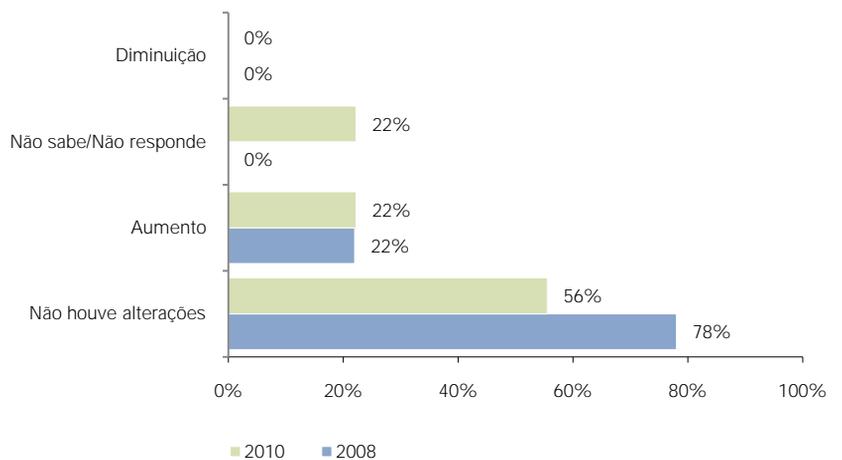
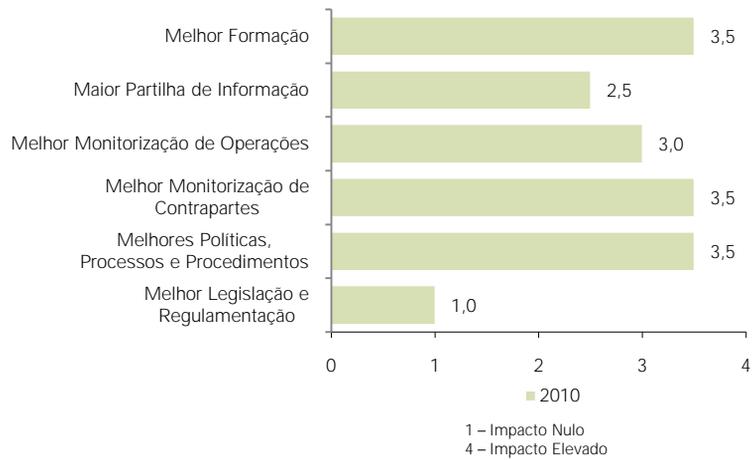


Figura 26: Razões para o aumento do número de operações suspeitas detectadas



De referir, ainda, que apenas 44% das Seguradoras que responderam a este inquérito revelaram possuir evidências que suportam as decisões de recusa de operações relacionadas com a prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo.

Em 56% dos casos existem, também, evidências que suportem a decisão de não reportar eventuais operações analisadas e consideradas como suspeitas.

As Seguradoras que responderam a este inquérito referiram que, em 89% dos casos, não existiram alterações no número de recursos envolvidos na monitorização de operações nos últimos dois anos.

Nenhuma das Seguradoras referiu existir um aumento dos recursos envolvidos nesta actividade.

Figura 27: Impacto no número de recursos humanos envolvidos na monitorização de operações (2 últimos anos)

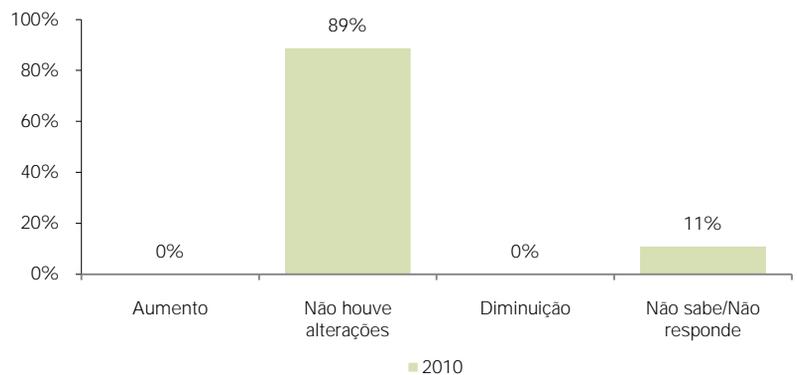
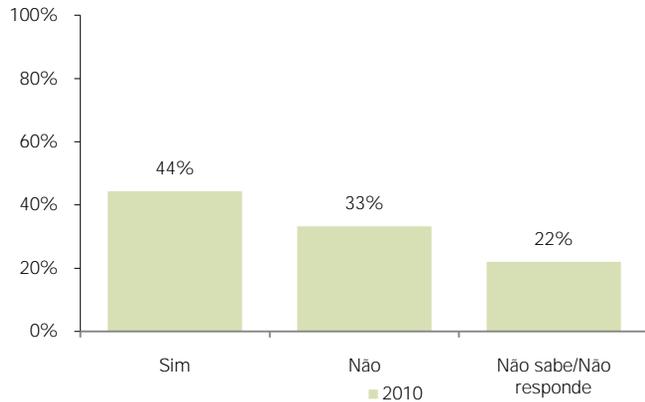


Figura 28: Existência de evidências que suportem a decisão de recusa de uma operação por motivos relacionados com a prevenção do BC/FT



No que se refere ao feedback recebido da UIF, 67% das Seguradoras que participaram neste estudo não expressaram a sua opinião, dado terem escolhido a opção "Não sabe/Não responde". Os restantes participantes dividiram de forma igual as suas opiniões entre "Pouco Satisfatório", "Satisfatório" ou "Muito Satisfatório".

Figura 29: Qualidade do feedback da Unidade de Informação Financeira

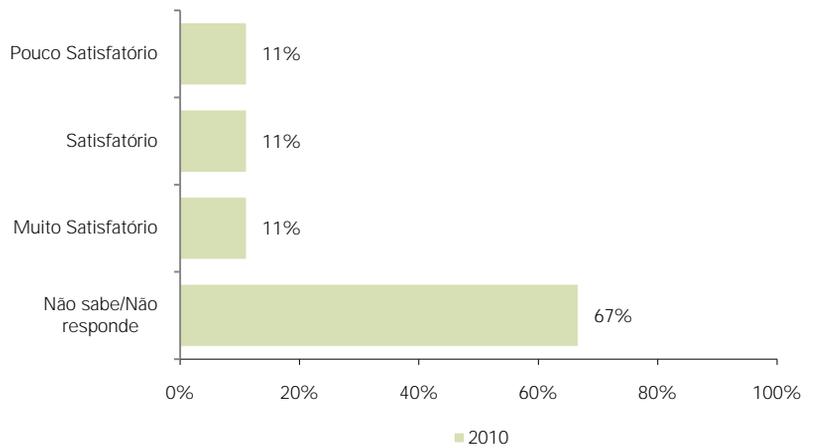
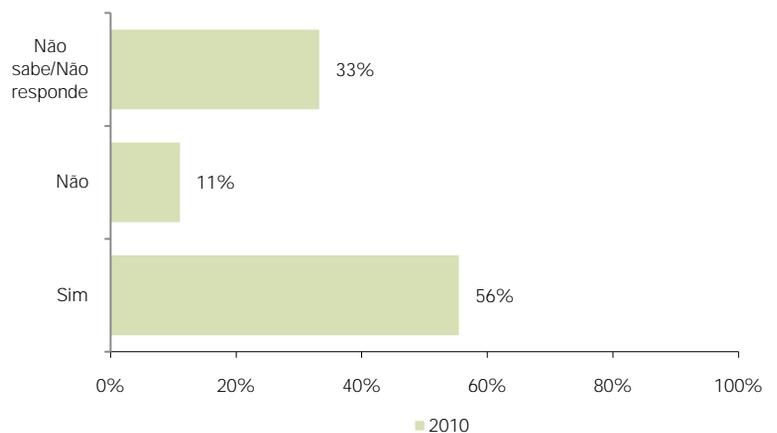


Figura 30: Existência de evidências que suportem a decisão de não reportar uma operação analisada como suspeita



Comentário KPMG

Considerando a opinião manifestada por 56% das Seguradoras que participaram neste estudo, verifica-se que não existiram alterações significativas quanto ao número de operações suspeitas reportadas nos últimos dois anos. Este facto justifica que 89% das Seguradoras tenham afirmado que o número de recursos afectos à monitorização dessas mesmas operações tenha também permanecido sem alterações.

O facto de nos últimos dois anos não terem existido, para a maioria das Seguradoras, um aumento do número de operações suspeitas detectadas, não é necessariamente um factor negativo, mas deve constituir um alerta para que as Seguradoras procedam a uma revisão/ análise do seu sistema de monitorização de transacções, de forma a perceber se este se encontra implementado de forma a responder aos objectivos propostos e de acordo com aquilo que são os requisitos regulamentares.

Mesmo considerando o investimento que terá sido realizado pela generalidade das Instituições do Sector nos sistemas de monitorização automática de transacções, sabe-se que continua a ser necessário um conjunto significativo de recursos afectos à monitorização de transacções no âmbito da prevenção do BC/FT. Este facto deve-se, essencialmente, à necessidade de acompanhamento das diversas actualizações do sistema e ao facto de um conjunto de actividades relacionadas com a prevenção do BC/FT continuar a ter uma forte componente humana na sua realização, como por exemplo a investigação de operações e a revisão de excepções.

De referir, ainda, o facto de apenas 33% dos inquiridos referir ter capacidade para monitorizar mais do que um país ou jurisdição, assim como o facto de também apenas 44% ter referido existirem evidências que suportem a decisão de recusa de uma operação por motivos relacionados com a prevenção do BC/FT.

À semelhança do que foi feito no estudo de 2008, continua a fazer sentido referir um conjunto de boas práticas nesta matéria, que é necessário serem adoptadas/reforçadas pelas Organizações do Sector:

- I Apesar dos sistemas de monitorização de transacções oferecerem um cada vez maior potencial para a filtragem e análise de um elevado volume de transacções, as Organizações devem continuar a investir na formação dos colaboradores dado que, considerando o elevado número de informações ou operações suspeitas detectado/reportado pelo front-office, não existe um substituto para a vigilância do colaborador de primeira linha;
- I As Organizações deverão continuar a desenvolver o networking de forma a identificarem novas tipologias de transacções, e conseguirem desenhar cenários de parametrização;
- I Os reportes externos deverão ser adequados às necessidades dos diversos intervenientes do sistema preventivo do BC/FT, nomeadamente da UIF, contendo os elementos necessários a uma análise tendente à confirmação, ou não, das suspeitas detectadas.

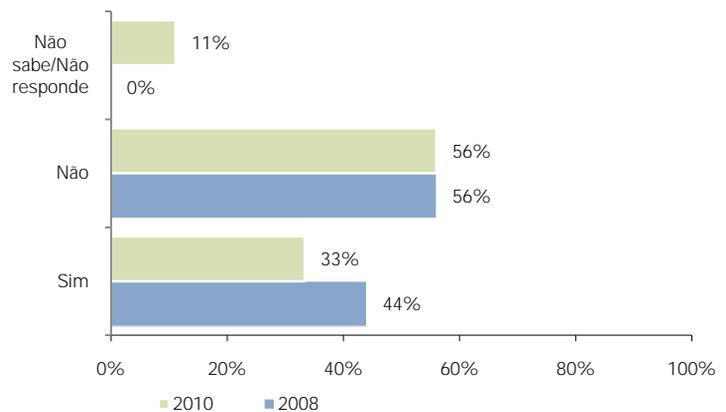
Análise dos Resultados do Estudo

7. Monitorização dos Sistemas e Controlos

A avaliação e monitorização dos controlos implementados pelas Organizações nos seus diversos processos de negócio, constitui um factor essencial para garantir que os objectivos da Organização são atingidos. Desta forma, os sistemas e controlos existentes na Organização ao nível da prevenção do BC/FT devem também ser alvo de avaliação e monitorização.

No Sector Segurador continua a existir a mesma percentagem de Organizações (56%) que não têm implementados programas de monitorização e verificação da eficiência dos sistemas e controlos aplicáveis à prevenção do BC/FT.

Figura 31: Existência de um programa de monitorização e verificação da eficiência dos sistemas e controlos

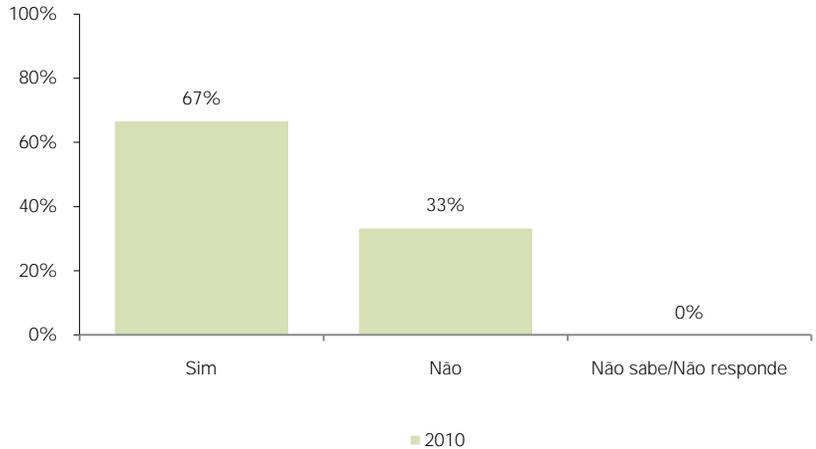


De salientar que a totalidade das Instituições que possuem um programa de monitorização e verificação da eficiência dos sistemas e controlos, referiu ter estes procedimentos devidamente documentados.

Adicionalmente, este estudo revela que existem ainda 33% das Organizações que, apesar de referirem terem implementado o programa acima mencionado, não realizam periodicamente testes à eficácia dos respectivos controlos.

Verificou-se, também, que para a totalidade das Organizações que possuem um programa de monitorização e verificação da eficiência dos sistemas e controlos este é efectuado pela função de Auditoria Interna.

Figura 32: O programa é sujeito regularmente a testes de efectividade?



Comentário KPMG

Tal como qualquer outro processo, também o processo de prevenção do BC/FT necessita de ser monitorizado e avaliado por forma a verificar a sua eficácia e melhorar a sua eficiência. Pela análise dos resultados, constata-se que no Sector Segurador não existiu evolução nestes dois anos, encontrando-se o Sector ainda não alinhado com aquilo que são boas práticas nesta matéria. Esta conclusão é consubstanciada pelo facto de 56% dos inquiridos terem respondido que não têm implementados programas de monitorização e verificação de eficiência dos sistemas e controlos aplicáveis à prevenção do BC/FT.

A monitorização deve ser efectuada a vários níveis da Organização, existindo uma primeira linha de monitorização (ongoing) efectuada pelos colaboradores que diariamente lidam com os temas da prevenção do BC/FT.

A monitorização deve, também, ser efectuada numa segunda linha, pela área responsável pela prevenção do BC/FT na Organização (Compliance).

Finalmente, o departamento de Auditoria Interna constitui a terceira linha de monitorização, onde o trabalho é revisto de forma independente e onde os sistemas e controlos são testados.

É fundamental que as falhas detectadas neste processo de monitorização sejam resolvidas e que as melhorias necessárias sejam incorporadas na operativa do processo.

A abordagem baseada no risco deverá ser estendida às componentes dos sistemas e controlos de prevenção do BC/FT, incluindo a monitorização dos requisitos de compliance.

Em alguns países é exigido às Organizações a emissão de relatórios anuais, elaborados por auditores externos, relativos à prevenção do BC/FT. Este facto constitui um factor adicional de garantia do funcionamento da monitorização da eficiência de sistemas e controlos existente na Organização.

Análise dos Resultados do Estudo

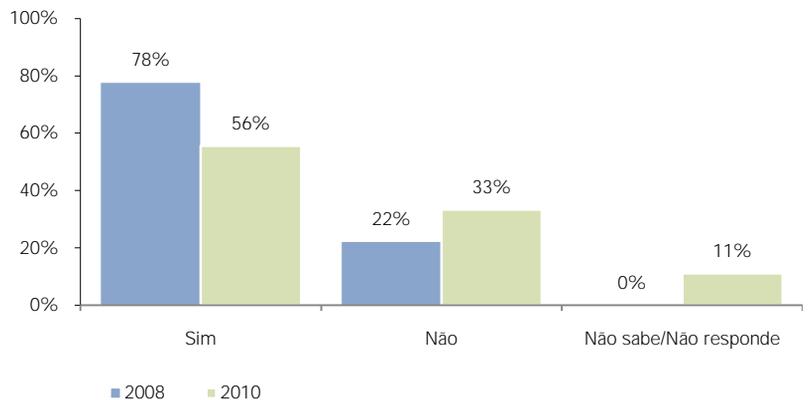
8. Formação

A temática da prevenção do BC/FT, considerando a sua especificidade, complexidade e necessidade de constante actualização, exige um investimento significativo por parte das Instituições na consciencialização e a formação de colaboradores relativamente a este tema.

Também em matéria de formação não existiu evolução face a 2008, tendo mesmo existido uma percentagem superior de inquiridos que responderam que a Organização não promove regularmente acções de formação sobre prevenção do BC/FT. Os resultados do presente estudo revelam que 33% dos inquiridos não promovem regularmente formação juntos dos seus colaboradores, quando em 2008 esta percentagem era de 22%.

Adicionalmente, e como se pode ver na Figura 34, 60% das Instituições que promovem acções de formação nesta matéria afirmam ter formado até 50% dos colaboradores da Organização.

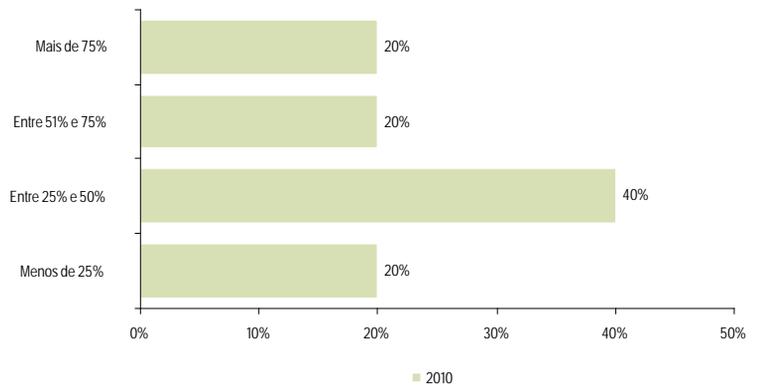
Figura 33: A Organização promove regularmente formação em prevenção do BC/FT?



Verificou-se, ainda, que das Organizações do Sector que promovem acções de formação, 80% privilegiam a formação ministrada internamente (80%). Apenas 20% afirmaram recorrer a entidades externas no âmbito da formação sobre prevenção do BC/FT.

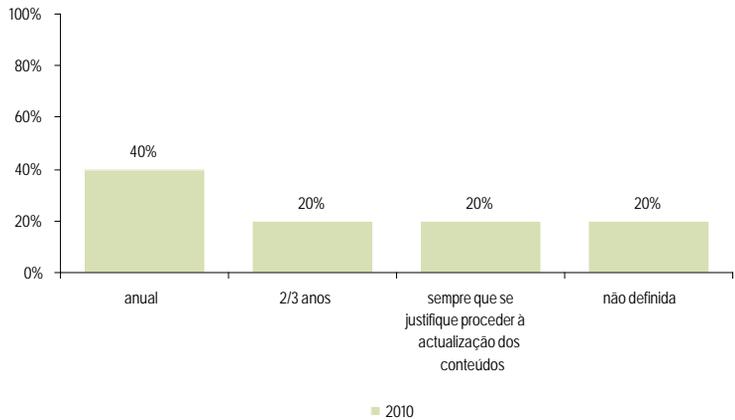
Quanto ao método de formação mais utilizado, 80% referiram que o método presencial é, simultaneamente, o mais utilizado e o considerado mais eficiente. Os restantes 20% consideraram o método blended o mais utilizado.

Figura 34: Percentagem de colaboradores com formação em prevenção de BC/FT



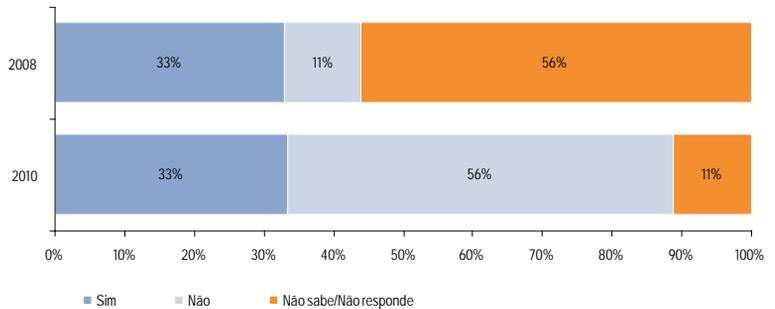
Para 40% das Instituições do Sector Segurador a actualização da formação relativa à temática da prevenção do BC/FT é efectuada com uma periodicidade anual, sendo que existem ainda 20% que referem fazê-lo sempre que se justifique e outros 20% que referem que as actualizações ocorrem em cada dois a três anos.

Figura 35: Periodicidade média das actualizações da formação inicial



Mantém-se inalterada a percentagem de colaboradores com certificação em prevenção do BC/FT no Sector Segurador. Aproximadamente 33% dos inquiridos referem ter pelo menos um colaborador nos seus quadros com certificação na área.

Figura 35: Certificação em prevenção do BC/FT (existência de pelo menos um colaborador)



De salientar ainda o facto de a totalidade dos inquiridos ter referido que considera útil o envolvimento das autoridades competentes nas acções de formação.

Comentário KPMG

A formação é um dos factores críticos no sucesso da prevenção do BC/FT nas Organizações. A complexidade e dinâmica do tema exige permanente actualização, nomeadamente quanto a boas práticas a implementar e a novas formas de BC/FT que é preciso conhecer.

Apesar de existirem sistemas de informação que permitem a detecção automática de um conjunto cada vez mais alargado de situações suspeitas ao nível de BC/FT, continua a existir uma forte componente humana ao longo do processo que torna essencial a permanente actualização de conhecimentos nesta matéria.

As Organizações do Sector devem adequar o seu plano de formação às necessidades de cada colaborador considerando as necessidades específicas existentes e o papel que cada um desempenha no processo.

O e-learning pode revelar-se como o método mais adequado para cursos mais genéricos e de iniciação, permitindo abranger um maior número de colaboradores num menor período de tempo.

A formação presencial é mais adequada para um nível de formação mais avançado, dado possibilitar uma maior interacção e facilitar o esclarecimento de situações mais complexas.

Seja qual for o modelo ou nível da formação, as Organizações devem garantir uma correcta avaliação de conhecimentos e a correspondente certificação.

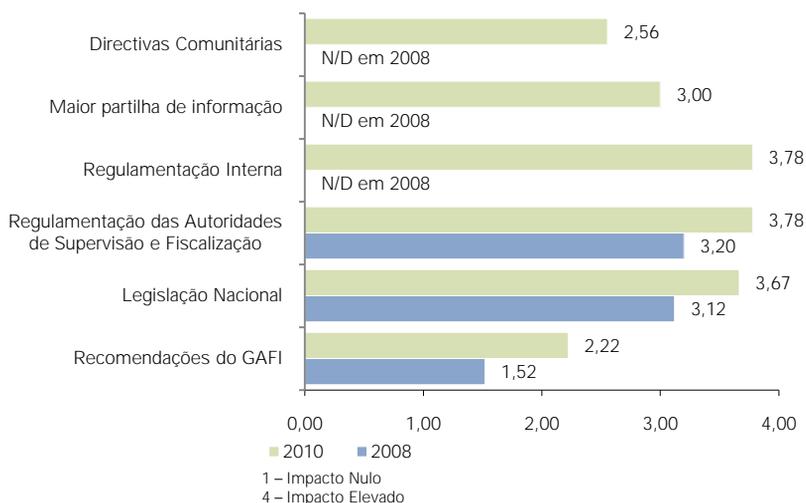
A avaliação da efectividade das acções de formação realizadas e o nível de conhecimento dos colaboradores deve, também, fazer parte da monitorização dos sistemas e controlos relativos à prevenção do BC/FT, assegurado, por exemplo, pela área de Compliance ou Auditoria Interna.

Análise dos Resultados do Estudo

9. Impacto da Legislação e Regulamentação

As Instituições do Sector Segurador que responderam a este estudo consideraram que, em termos de prevenção do BC/FT, a actual legislação nacional e a regulamentação emanada por parte das autoridades de supervisão teve um impacto elevado para o Sector.

Figura 37: Impacto dos requisitos regulamentares no Sector Segurador



Adicionalmente, 88% das Organizações que responderam a este estudo consideram que a respectiva Organização está a responder de forma satisfatória ou muito satisfatória aos desafios da Lei n.º 25/2008, de 5 de Junho.

Figura 38: Impacto da Legislação e Regulamentação



Quanto às acções de supervisão e fiscalização ocorridos nos últimos dois anos, cerca de 67% dos participantes consideram-nas como satisfatórias ou muito satisfatórias. Existem, contudo, 11% das Organizações que consideram as acções realizadas por estas entidades como pouco satisfatórias.

A percentagem de satisfação por parte das Organizações participantes relativamente à regulamentação emitida pelas Autoridades de Supervisão e Fiscalização é de 67%. Existem ainda 33% das Organizações que consideram o trabalho realizado por estas entidades ao nível da regulamentação sobre prevenção do BC/FT como pouco satisfatória.

Comentário KPMG

O sucesso da prevenção do BC/FT passa, também, pelo reforço da cooperação e articulação entre as Entidades de Supervisão e as próprias Organizações.

As Entidades de Supervisão, para além do trabalho de fiscalização sobre o cumprimento da legislação, devem também ter um papel de apoio à implementação de boas práticas por parte das Organizações, nomeadamente através da elaboração de recomendações sobre a implementação dos regulamentos por si emanados.

Com a aprovação e publicação da Lei n.º 25/2008, de 5 de Junho, o quadro regulamentar em Portugal encontra-se mais estabilizado do que em 2008, quando da realização do estudo anterior. No entanto, está previsto que o Conselho Nacional de Supervisores Financeiros venha a enviar brevemente para consulta pública um anteprojecto de regulamento com vista à eventual revisão do enquadramento regulamentar em termos de prevenção do BC/FT, o que pode fazer com que exista a necessidade de efectuar alguns ajustamentos aos processos agora existentes.

Contactos

KPMG Advisory – Consultores de Gestão, S.A.
Ed. Monumental, Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa

Pedro Subtil, Partner

+351 210 110 098
psubtil@kpmg.com

Coordenação do Estudo

João Amorim

KPMG Advisory - Consultores de Gestão, S.A.

Miguel Trindade Rocha

Unidade de Informação Financeira

www.kpmg.pt

A informação contida neste documento é de natureza geral e não se aplica a nenhuma entidade ou situação particular. Apesar de fazermos todos os possíveis para fornecer informação precisa e actual, não podemos garantir que tal informação seja precisa na data em que for recebida/conhecida ou que continuará a ser precisa no futuro. Ninguém deve actuar de acordo com essa informação sem aconselhamento profissional apropriado para cada situação específica.

© 2011 KPMG Advisory - Consultores de Gestão, S.A., a firma portuguesa membro da rede KPMG, composta por firmas independentes afiliadas da KPMG International Cooperative (“KPMG International”), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso em Portugal.

O nome KPMG, o logótipo e “cutting through complexity” são marcas registadas da KPMG Internacional.